JOÃO ANTÔNIO DE PAULA

SOBRE O CONCEITO DE REVOLUÇÃO
MARGINALISTA EM SCHUMPETER

(DISSERTAÇÃO DE MESTRADO)

SOBRE O CONCEITO DE REVOLUÇÃO MARGINALISTA EM SCHUMPETER

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO

I - INTRODUÇÃO	3
I.1 - O Contexto da Revolução Marginalista	6
I.2 - O Pensamento Marginalista e a Crise do Capitalis mo	28
II - O CONCEITO DE REVOLUÇÃO MARGINALISTA EM SCHUMPETER	
II.1 - A Visão de Schumpeter	30
II.2 - Contra a Existência de uma Revolução Marginalis ta: Marshall	50
II.3 - A Posição de Meek	57
III - UTILIDADE MARGINAL: DO ENTUSIASMO AO REPÚDIO	
III.1 - Introdução	59
III.2 - Contra a Utilidade Marginal: Cassel	63
III.3 - A Posição de Hicks	71
BIBLIOGRAFIA	78

APRESENTAÇÃO

O ponto de partida deste trabalho é trecho da obra de Schumpeter (1), onde ele discute sobre a existência ou não da Revolução Marginalista e seu significado. Por "Revolução Marginalista" estamos entendendo a eclosão simultânea e independente de uma série de obras que vêm colocar os fundamentos de uma nova concepção da economia, que se propõe explicitamente transformá-la numa ciência exata, a *Economics*, vis a vis, a *Physics*, *Mathematics*, *Statistics*, etc... Essa pretensão programática, a transformação da Economia Política em Economics, tem nas obras de Menger (1871), Jevons (1871) e Walras (1874) seus momentos decisivos, e é justamente para designar essa explosão múltipla que se cunhou o nome "Revolução Marginalista".

A argumentação de Schumpeter se desenvolve a partir das respostas que dá às duas perguntas que se faz: 1.^a) se houve revolução no sentido de modificação total e descontínua, e 2.^a) se tal revolução produziu uma nova teoria do processo econômico. A essas perguntas, Schumpeter responde afirmativamente à primeira, ou seja, aceita a existência de uma Revolução Marginalista, e negativamente à segunda, dizendo não ter havido mudança no objeto da teoria econômica com a Revolução.

Nossa intenção neste trabalho é tentar responder às questões de Schumpeter de forma alternativa, negando o que ele afirma e afirmando o que ele nega. Ao tentar discutir essas questões segundo essa perspectiva, pretendemos levantar algumas idéias que ajudem a entender o significado e os limites da chamada Revolução Marginalista.

(1) SCHUMPETER, Joseph - HISTORIA DA ANÁLISE ECONÔMICA - vol III, trad. part. Rio de Janeiro, 1964, pág. 197.

Para a consecução desses objetivos, traçamos, na Introdução, breve quadro do contexto do qual emerge a Revolução Marginalista. Nesse sentido, é importante realçar que são as transformações estruturais sofridas pelo capitalismo até o advento do capital monopolista que são o foco das nossas atenções aqui. As considerações mais propriamente de história econômica só são feitas quando pertinentes, já que nosso propósito é outro, e não o de fazer história econômica do período.

O capítulo primeiro do trabalho é o núcleo de nossa exposição. Nele estão discutidas as questões de Shumpeter sobre o significado da Revolução Marginalista. Como contraponto, tratamos ao final de dois autores que negam a existência de uma Revolução Marginalista (Marshall e Meek), cada qual por motivos distintos.

Finalmente, o segundo capítulo da tese trata das vicissitudes do conceito Utilidade Marginal, que é saudado como grande princípio unificador da nova escola, e posteriormente repellido como peça obsoleta, eivada de grande vulnerabilidade e capaz de comprometer a estrutura teórica marginalista. O exame das maneiras como o pensamento marginalista tenta expulsar sua ex-grande conquista, é feito no trabalho a partir das colocações de Cassel e Hicks.

INTRODUÇÃO

Joseph Schumpeter é teórico dos mais destacados não só por sua grandiosa História da Análise Econômica, mas também e fundamentalmente por suas contribuições para a teoria dos ciclos, do capitalismo monopolista, pretendendo ao nível teórico realizar "uma teoria que pudesse algum dia sintetizar a economia dinâmica, do mesmo modo que o sistema walrosiano sumarizou a economia estática", que é como a esposa de Schumpeter descreve suas pretensões na apresentação da História da Análise Econômica por ela organizada para publicação, posto que publicação póstuma.

Harmônica combinação de erudito profundo e analista arguto da problemática do capitalismo de sua época, Schumpeter é teórico burguês de grande dignidade e largueza de visão, apesar de seus óbvios e explícitos compromissos conservadores.

Colocada como pilar metodológico central na elaboração da História da Análise Econômica está a distinção feita por Schumpeter entre Análise Econômica, Pensamento Econômico e Sistemas de Economia Política.

À Análise Econômica estariam afetos os problemas referentes ao desenvolvimento dos instrumentos de análise cunhados para o entendimento do fenômeno econômico. Na Análise Econômica não são levadas em conta quaisquer considerações de natureza política ou social, já que a teoria econômica é aqui entendida como "caixa de instrumentos", para ficar com a expressão de Joan Robinson.

Nosso esforço no presente trabalho pretende também apontar o quanto os aparentemente técnicos e neutros conceitos marginalistas estão envoltos e determinados por relações absolutamente políticas e sociais, posto que produções

historicamente datadas e cumprindo funções ideológicas inequívocas.

A ligação entre ideologia e ciência, que é rejeitada por Schumpeter, já foi assumida e certamente constituiu estímulo a mais na realização daquela obra singular, que é Princípios da Economia Política e do Imposto, de David Ricardo. Essa ligação entre ciência e ideologia é transparente na obra de Ricardo. Sua teoria da renda da terra é descoberta notável. É também, e fundamentalmente, libelo contundente contra as restrições à livre importação de alimentos. A argumentação de Ricardo de que com o desenvolvimento da acumulação de capital e conseqüente aumento da população, terras de pior qualidade estavam sendo incorporadas à produção, e essas terras, ao ter menor fertilidade, implicavam menor rendimento, o que estimulava a disputa pelas terras melhores, elevando, portanto, a renda da terra, que, apropriada pelos **landlords** era fator decisivo do esmagamento dos lucros industriais na medida em que isso significa aumentos dos custos de produção.

A combinação de ciência e ideologia não é negada. Pelo contrário, é explicitada. Ricardo não nega estar defendendo os interesses da burguesia industrial. A questão é que Ricardo apresenta os interesses da burguesia como interesses gerais, do progresso. E efetivamente naquela momento o são, na medida em que significam a destruição dos privilégios da velha ordem feudal ainda remanescentes.

Falar então pela burguesia num momento em que esta aplica golpe de misericórdia na velha ordem, é falar em nome do progresso, que se confunde aqui com a hegemonia do modo de produção capitalista. A partir daqui, sozinha dona absoluta do poder, a burguesia prescinde da ciência, rejeita seus ideólogos mais importantes, como Ricardo e Hegel, e se encerra nos muros da reação aberta e indisfarçável.

Essa reação a Ricardo terá, nas obras de Menger-Walras-Jevons, um complemento e uma solução. A partir daí

as formulações que partam de uma concepção do valor objetivo serão vistas como excêntricas ingenuidades, só desculpáveis pelo fato de terem surgido na infância, na pré-história da verdadeira ciência econômica. A tentativa de Marshall de conciliar Ricardo com os marginalistas, introduzindo a idéia das lâminas da tesoura comandadas uma (a da oferta) pelo princípio do custo real subjetivo (desutilidade-espera e risco) outra (demanda) comandada pela lei da utilidade marginal decrescente, é conciliação na qual o supostamente reabilitado Ricardo corre o sério risco de perder totalmente a especificidade e riqueza de seu pensamento.

I.1 - O Contexto da Revolução Marginalista

Negar o isolamento histórico social das categorias econômicas implica em alguma medida em pensar o contexto em que tais categorias foram produzidas. Nesse sentido, pretendemos esboçar quadro breve do contexto histórico no qual se insere a Revolução Marginalista.

O contexto do qual emerge a Revolução Marginalista. Trata-se de pensar a trajetória do capitalismo desde a Revolução Industrial até a "grande depressão" e a concomitante emergência da monopolização do capital que se processa na Alemanha, França, Estados Unidos, Japão... A escolha desse período é duplamente importante. Por um lado, ele permite examinar tanto a consolidação do pensamento clássico, com Ricardo, quanto a reação a este, representada por autores como Bailey, Senior, Samuel Read, Longfield, os quais, assustados diante do uso que Hodgskin e outros autores ditos "socialistas ricardianos" faziam das idéias ricardianas, apregoavam que "o socialismo perigoso não podia, em hipótese alguma, ser verdadeiro", atacando as proposições ricardianas como errôneas e equívocas manifestações de uma ciência ainda não de todo desenvolvida.

Por outro lado, a periodização adotada para caracterizar o contexto histórico que informa a Revolução Marginalista, permite acompanhar a própria trajetória do processo de dominação das relações de produção capitalista, tanto do ponto de vista em que isso significa o estabelecimento de forças produtivas especificamente capitalistas quanto o transbordamento dessas relações a escala mundial, com as industrializações alemã, americana, japonesa, que se fazem a partir de um padrão de acumulação já monopolista.

É também importante entender o desenvolvimento do capital, reprodução das relações capitalistas de produção como reprodução, também, e inexoravelmente, dos seus obstáculos, da classe operária, sua organização e força.

É nesse sentido que a Revolução Marginalista se coloca como resposta às idéias socialistas. Já foi demasiadamente sublinhada a explícita tentativa por parte da escola austríaca, por exemplo (principalmente Bohm Bawerk) de fazer do marxismo alvo principal de suas críticas e escárnio.

Fundamentalmente, a Revolução Industrial significa colocação da acumulação de capital sobre seus próprios pés, independizando-a, colocando então como limites aqueles que o processo mesmo da acumulação gera, na expressão notável de Marx: "O limite do capital é o próprio capital".

A história da Revolução Industrial (modificação na estrutura técnica e organizativa da produção, ocorrida entre 1760-1830) confunde-se com a história da industrialização britânica, e esta com a história da manufatura do algodão, na medida em que as grandes transformações tecnológicas e organizativas ocorridas durante o período da Revolução Industrial circunscreveram-se ao setor da manufatura do algodão.

O pioneirismo britânico, fenômeno até hoje intrigante para a historiografia econômica, é também a raiz da sua posterior decadência.

"Por el contrario, el mismo origen temprano de la industrialización británica y la fuerza del monopolio mundial que produjo, contribuyeron a cristalizar la estructura industrial en formas arcaicas. Mientras, por ejemplo, el sistema de hilado múltiple, inventado en la primera mitad del siglo XIX, fue adoptado por la mayor parte de las industrias algodoneras modernas, en Gran Bretaña, hacia 1946, el número de husos del sistema antiguo (mule spindles) duplicaba al de los múltiples (ring-spindles). En otras palabras, Gran Bretaña se

guía dominada en su mayoría por la tecnología del período 1780-1845. Una pureza clásica del desarrollo capitalista y, por consiguiente, un desarrollo único y particular, caracterizan a la revolución industrial británica." (2)

Essa característica de desigualdade do desenvolvimento capitalista é fundamental para entender os casos de industrializações atrasadas, como a alemã, a americana e a japonesa, que são chamadas à "civilização" mais tarde, mas que rapidamente ultrapassam a Grã-Bretanha.

Com a Revolução da Têxtil, o primeiro passo está dado para a constituição das Forças Produtivas especificamente capitalistas. Entretanto, a consolidação do processo só se dá quando da "Revolução dos Transportes", com a ferrovia, momento em que se implanta o setor produtor de meios de produção (aço, máquinas - ferramentas, etc.) Será a extraordinária expansão ferroviária que se dá a partir de 1830 que servirá de estímulo básico para a implantação do Departamento produtor de meios de produção, completando assim o ciclo fundamental da reprodução capitalista. Assim, a Grã-Bretanha garantia a reprodução do capital internamente às suas fronteiras e a plena vigência do modo de produção capitalista em todas as suas dimensões.

A onda de investimentos que o **boom** das ferrovias provoca, leva o capitalismo a um crescimento ininterrupto até 1873, quando se abre um período de longa depressão, que é hoje conhecido na historiografia econômica como a "grande depressão". Nas palavras de Dobb:

(2) HOBBSBAWN, Eric J. - "Los Orígenes de la Revolución Industrial Británica" in EN TORNO A LOS ORIGENS DE LA REVOLUCIÓN INDUSTRIAL, trad. esp. 2a. edição, Buenos Aires, 1972, pág. 94.

"O que se tornou conhecido como a Grande Depressão, iniciada em 1873 e interrompida por surtos de recuperação em 1880 e 1888, continuada nos anos por volta de 1896, passou a ser encarado como formando um divisor de águas entre dois estágios do capitalismo — aquele inicial e vigoroso, próspero e cheio de otimismo aventureiro, e o posterior, mais embaraçado, hesitante e, diriam alguns, mostrando já as marcas da senilidade e decadência." (3)

A Grande Depressão é o marco de uma nova etapa no desenvolvimento do capitalismo. O longo período de crescimento lento, de instabilidade e insegurança, o período em que os movimentos sindicais e políticos dos trabalhadores se fortalecem, é marcado pelo advento do capital monopolista, das fusões e acordos capitalistas, do realce cada vez maior do capital financeiro, do surgimento do pensamento marginalista e da filosofia irracionalista, irmãos siameses os dois, a negar e destruir as possibilidades da razão, o humanismo e o historicismo.

A importância dos cartéis e das fusões capitalistas na consecução das experiências notáveis das industrializações alemã e americana é assim visto por Dobb:

"Essa preocupação maior com os perigos da concorrência sem barreiras veio em época quando a crescente concentração da produção, principalmente na indústria pesada, lançava os alicerces de uma centralização

(3) DOBB, Maurice - A EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO - Trad. Port. 3a. edição — Rio de Janeiro, 1973, pág. 368.

maior da propriedade e controle da política comercial. Na indústria mais nova da Alemanha e Estados Unidos, tal centralização iria surgir mais cedo do que na Grã-Bretanha, onde a estrutura dos negócios, com alicerces firmemente lançados na primeira parte do século, se desenvolvera consoante uma configuração mais individualista e a tradição ligada a essa estrutura se mostrava mais teimosa em sobreviver. Na estrutura de organismos econômicos, como nos humanos, os ossos envelhecidos tendem a se tornar rígidos. Na América, os anos seguintes a 1870 viram o surgimento dos trustes, que tinham crescido bastante, na medida e estrutura para provocar a legislação contra as companhias-trustes nos anos anteriores a 1890, a Lei Sherman, de 1890, mais ampla e dirigida contra 'a combinação para restringir o comércio'. Na Alemanha, as associações de produtores na indústria siderúrgica e carbonífera se formaram nos anos seguintes a 1870 e nas três décadas seguintes se multiplicaram nessas e noutras indústrias, até que em 1905 chegavam (conforme a **Kartell-Comission** daquele ano) aproximadamente a 400 cartéis, o que, na opinião de Liefmann, conhecido apologista dos cartéis, era 'um produto... de todo o desenvolvimento moderno da indústria, com sua concorrência crescente, riscos de capital cada vez maiores e lucros em declínio'." (4)

(4) DOBB, Maurice - op. cit., pág. 378.

Ao mesmo tempo, o advento do capital monopolista é também o advento do capital financeiro, de sua enorme importância. Impossível pensar a industrialização rápida e gigantesca do Japão e da Alemanha, sem pensar na enormidade do papel que a centralização bancária, que o capital financeiro jogaram, é claro que sem se esquecer que é o Estado quem garante e promove tal centralização.

O capitalismo monopolista acelerou enormemente a subversão das velhas relações sociais e a difusão do capitalismo por todo o globo, ao converter a exportação de capital em característica fundamental do mercado mundial.

Do ponto de vista da lógica interna da acumulação, o advento do capital monopolista, do capital financeiro, e de sua política, o imperialismo, marcaram fundamentalmente o encontro de expediente para fugir às agruras do processo de queda da taxa de lucros, inevitável na marcha da acumulação, posto que significa elevação da composição orgânica do capital.

O capitalismo tem na contradição sua sombra. A reprodução do capital é também reprodução de seu oposto, de suas contradições.

O processo de cooperação que a grande indústria capitalista introduz, tem duplo aspecto. Por um lado, é condição decisiva para o barateamento e racionalização do uso do capital constante. Por outro lado, é reunião num mesmo local, dos deserdados do sistema, que descobrirão na faina diária, na solidariedade do destino comum, a consciência de classe que os fará fortes e organizados para lutar, tanto no plano econômico por melhores salários, quanto no político pela transformação social.

Assim, o processo de acumulação de capital é também o processo de acumulação de seu polo oposto, e as con-

dições da reprodução do capital implicam certamente na reprodução da forma de trabalho em algum nível.

É próprio do capitalismo revolucionar constantemente o modo de produção. Nisso reside toda a sua força, e ao fazê-lo, não está senão, na realidade, tentando burlar a lei que tende a igualar as taxas de lucro e aproximar os preços de seus valores. Tal como novo Sísifo, o capital está a cumprir destino absoluto enquanto dure. Remover pedra imensa, empurrá-la até o cimo da montanha, e lá chegando, ver a pedra despencar ribanceira abaixo. De novo introduzir modificações técnicas, elevar seus lucros em relação aos demais, depois ver os lucros caírem até o nível médio. De novo deslocar a pedra até o cimo da montanha. A grande diferença é que para o capital, a montanha está sempre mais alta e escarpada, a cada tentativa.

Suposto um sistema competitivo será sempre possível admitir que tais modificações técnicas são passíveis de difusão e que, portanto, haverá tendência à homogeneização da estrutura técnica e das taxas de lucro. Tal suposição, entretanto, só garante essa possibilidade, já que as transformações técnicas estão se dando a cada passo. Daí afirmar-se não como algo absoluto, mas como lei tendencial, como tendência que explicaria a migração dos capitais pelos diversos ramos.

Mesmo considerando que tais modificações técnicas possam não implicar imediatamente elevação da composição orgânica do capital, na medida em que podem significar uma economia de matéria prima e, portanto, uma diminuição do capital constante para uma mesma massa de capital variável, é preciso considerar que a característica essencial do progresso técnico é a redução dos requerimentos de trabalho vivo direto na produção. Assim, considerando apenas o setor no qual foi introduzida a modificação técnica, parece legítimo admitir que tal setor tem sua composição orgânica aumentada.

O progresso técnico induzido por pressões de custo tem como determinante a tendência de acumular do capitalismo, que leva a que as necessidades de aumentar o exército industrial exerçam pressão para cima sobre o nível dos salários, na medida em que tenda a se esgotar a reserva do exército industrial.

A manifestação aqui é mais imediata sobre o nível da composição orgânica do capital. As implicações desse processo sobre a taxa de lucro são no sentido de sua redução.

As relações contraditórias entre elevação da composição orgânica do capital e a conseqüente elevação da mais valia relativa que a introdução do progresso técnico, reduzindo o tempo de trabalho necessário, provoca sobre o sentido da lei tendencial da queda da taxa de lucro, mostram de novo a dinâmica capitalista como sendo propulsionada por movimentos contraditórios de suas categorias centrais.

Com a chamada Segunda Revolução Industrial, processo que vinha se dando desde os primórdios do modo de produção capitalista, se torna dominante. É ele o processo de concentração do capital.

A concorrência capitalista, ao se fazer na forma de guerra de preços na etapa competitiva, criava aí sua negação. Os períodos de grande competição, onde a luta pelo mercado se torna aguda, é também o processo de concentração e centralização do capital. A disputa capitalista tem sempre como resultado a derrota de alguns dos competidores, sendo seus despojos repartidos entre os vencedores. É assim que, no processo de crise que deprime a renda e os preços, aumenta o desemprego e os estoques, nem todos os capitalistas resistirão, ajustando-se o capital às novas condições, eliminando o capital excessivo, que havia provocado a competição. As empresas que sobreviverão, poderão comprar parte da massa falida a preço reduzido, podendo, dessa forma, retomar o ciclo de cresci-

mento com composição orgânica em valor reduzida em relação à composição técnica. Com isso acentua-se a concentração industrial, provocando modificações substantivas na estrutura do capital e criando permanentemente condições de manutenção de taxas de lucro diferenciais nos setores onde existem grandes, pequenas e médias empresas.

Com a oligopolização do capital, o capitalismo parece livrar-se definitivamente do espectro do crescimento lento, que a lei da igualação da taxa de lucros parece implicar.

A segunda Revolução Industrial, ao exigir volumes de capital cada vez maiores para a entrada das firmas nos ramos (siderurgia, química pesada, material elétrico, eletricidade, etc.), consolida esse processo.

Agora a entrada de novas empresas é obstaculizada pelo requerimento mínimo de capital, que é enorme. Assim, as migrações de capital entre os ramos que garantiam o funcionamento da tendência à igualação das taxas de lucro, estão bloqueadas.

Ao mesmo tempo, a lei do desenvolvimento desigual e combinado, reforça essa tendência, ao possibilitar os saltos de etapas, o final de hegemonia da única experiência histórica, a inglesa, que se fez perfazendo as etapas artesanato-manufatura-grande indústria.

Como diz Mandel:

"La entrada en el mercado de numerosos países nuevos, como el Japón, Rusia e Itália, estimula también la concentración de capitales. Estos países no copian el conjunto de la estructura industrial de las nacio-

nes que los han precedido. Sólo imitan la parte más moderna, es decir, las empresas en que la composición orgánica del capital es mayor y el grado de centralización más pronunciado. El predominio de las empresas gigantes, con relación a las empresas medianas y pequeñas, será desde el primer momento mucho más marcado en la industria pesada rusa y japonesa que en las industrias análogas de países más avanzados.

La misma ley del desarrollo desigual determina que el progreso de la concentración del capital sea más rápido en Alemania y en los Estados Unidos (que son países cuyo desarrollo industrial propiamente dicho se extiende en el último cuarto del siglo XIX) que en países que han conocido este desarrollo durante el medio siglo anterior: Gran Bretaña, Bélgica y Francia." (5)

Com isso estarão permanentemente de pé as condições do estabelecimento de um processo de desenvolvimento, que se dá aos saltos, conservando traços do "arcaico", combinando-o com o "moderno".

A manifestação dessa lei, para algumas economias "chamadas à civilização mais tardiamente", teve como conseqüências a criação de combinações entre o velho e o novo que conformam estruturas onde o capitalismo como que aproveita-se do arcaico, alimenta-se dele para seu próprio dinamismo.

(5) MANDEL, Ernest - TRATADO DE ECONOMIA MARXISTA - volume II, trad. esp. Madrid, 1973, pág. 12.

A internacionalização do capital cada vez mais exige ampla liberdade de movimentos, a total eliminação das fronteiras e regimes alfandegários nacionais coercitivos e protecionistas. Enfim, o livre comércio mundial, à semelhança do que exigia Ricardo para a Inglaterra. A consolidação e fortalecimento dos Estados Nacionais é constante entrave à expansão da definitiva internacionalização do capital. Os Estados Nacionais, como que impulsionados pelo desenvolvimento do seu capitalismo endogenamente, fruto do crescimento em saltos do capital a escala mundial, terminam por colocar obstáculos à livre entrada e saída dos capitais, defendendo assim os interesses da burguesia autóctone, que se diz ameaçada pela expansão do capitalismo internacional.

Então são colocadas barreiras à entrada do capital, limites são impostos às remessas de lucro. Enfim, manifestar-se-á, a nível mundial, o processo de não igualação das taxas de lucro. Como consequência, as rivalidades e disputas entre capitalismos nacionais se aguçarão, consistindo as guerras em explosões dessas contradições.

Também ao nível da organização operária, a lei do desenvolvimento desigual e combinado se manifesta. Como consequência, a aglutinação e organização operárias que teriam desenvolvimentos lentos e lineares caso o capitalismo percorresse todas as suas etapas históricas clássicas, são também aceleradas.

Aqui transparece contradição fundamental, que é agudizada na etapa oligopólica. Trata-se da contradição entre a crescente socialização da produção e a apropriação privada do excedente. Tal processo agora levado a todo o mundo, "conduz ao controle efetivo de alguns monopólios sobre povos inteiros" — como nos diz Mandel.

O papel da organização operária sindical terá

inequívocas influências sobre o ritmo da acumulação tanto mais forte ou fraca seja tal organização.

Fica patente então que o processo de monopoli-
zação de capital, o processo de concentração e centralização
do capital, ao eliminar ou controlar a concorrência, ao impe-
dir o livre fluxo dos capitais, permite aos setores monopoli-
zados não participar do processo de igualação da taxa de lu-
cro.

Tal burla à lei da igualação da taxa de lucro
tem razão mais substantiva, no fato de que, tal tentativa de
escapar à igualação da taxa de lucro, é também tentativa de
escapar à queda da taxa de lucro, que seria o resultado inevi-
tável de um processo tão agudo de aumento da composição orgâ-
nica do capital que os monopólios implicam:

"La forma más simple de la sobreganancia mo-
nopolista, es la renta del cártel. La for-
mación de un cártel en un determinado sec-
tor industrial conduce a la unificación de
los precios. Pero esta unificación no se
hace sobre la base de la ganancia media,
es decir, sobre la base de la media de pro-
ductividad social. Por el contrario, se
realiza sobre una base que permite al par-
ticipante que trabaja con la productivi-
dad más baja realizar la tasa media de ga-
nancia. La diferencia entre el precio de
producción de los demás participantes del
cártel y el precio de venta del partici-
pante más desfavorecido, representa la ren-
ta del cártel." (6)

(6) MANDEL, Ernest - op. cit., pp. 38-39.

Se a monopolização significa eliminação da concorrência através da guerra de preços, não significa de forma alguma o prenúncio de um capitalismo administrado, onde as contradições estivessem banidas para sempre como na visão de "superimperialismo" de Kautsky.

Nas palavras de Mandel:

"Las infinitas maniobras entre Ford y General Motors para ocupar el primer puesto [en la industria del automóvil] constituyen un ejemplo clásico de una competencia en el seno de un oligopolio. Una situación semejante existe aparentemente en el campo electrónico, donde la General Electric y la Westinghouse están continuamente poniéndose de acuerdo entre ellas y continuamente en pie de guerra".

"Lejos de haber provocado una mayor estabilización del capitalismo, los cárteles y trusts internacionales han reducido la flexibilidad de adaptación de la economía mundial y provocado fluctuaciones más bruscas y profundas, imponiendo para sus productos precios rígidos sin tener en cuenta la coyuntura económica." (7)

Um mito da teoria econômica convencional é a idéia de que as empresas têm ciclo de crescimento como o das coisas vivas, é a idealização das empresas como homens, que nascem (pequenas), crescem, tornam-se adultos, às vezes gigan

(7) MANDEL, Ernest - op. cit. pp. 55-56.

tes. Isto corresponde à idealização de que tal possibilidade está aberta para todas as empresas, na mais pura tradição de que existem oportunidades iguais para todos e só não as usam aqueles que são menos aptos.

A história da evolução capitalista tem mostrado, ao contrário, que o processo de crescimento de algumas significa sempre o amesquinamento de outras.

A evolução do sistema capitalista até hoje tem sido marcada por crises periódicas que afetam a todas as empresas capitalistas. Tal processo tem na concorrência, seu móvel mais evidente. Ao introduzir modificações técnicas na produção e com isso aumentar a produção, ou, o que dá no mesmo, ao reduzir seus custos de produção, a empresa inovadora terá lucros extraordinários.

Enquanto tal empresa conseguir manter-se como única a utilizar o novo processo técnico, ela terá lucros extraordinários, maiores do que a taxa de lucro média que funciona para todas as outras. Entretanto, após certo tempo, todas as outras empresas terão introduzido também a modificação técnica, fazendo com que o volume da produção, oferta, se eleve, já que agora todas as empresas terão elevado seus níveis de eficiência produtiva, produzindo então mais, aos mesmos custos de antes. Então, a oferta global dessa indústria (conjunto das empresas que produzem a mesma mercadoria) será maior que a procura global do mercado (a não ser que haja uma redistribuição da renda e/ou que se alterem os gostos dos consumidores e eles passem a procurar por mais da mercadoria da indústria). Essa situação, em que a oferta ultrapassa a procura, deflagará intenso processo de concorrência entre as empresas, todas levando seus preços para baixo, visando conseguir as simpatias de um consumidor agora escasso relativamente para a indústria como um todo. Então, a intensa concorrência entre as empresas, que se dá pela diminuição dos preços, fará com que

as taxas de lucro para todas as empresas de novo se igualem, sendo destruídos, portanto, os lucros extraordinários.

Essa descrição esquemática do mecanismo da concorrência nos leva a identificar algumas idéias centrais da ideologia de liberalismo econômico: a) que existe uma taxa média de lucro para todas as empresas; a prova dessa existência é idéia que há plena difusão do progresso técnico, e que as possíveis distorções com o aparecimento de lucros extraordinários, são logo corrigidas pela pletora de oferta que a difusão do progresso técnico acarretaria; b) a concorrência, tanto pela introdução do progresso técnico quanto após a sua introdução através da redução dos preços, é grande alavanca da dinâmica capitalista.

Patente aqui também a idéia da livre entrada e saída de empresas na indústria. É essa livre entrada e saída que permite regular o nível da produção ao da procura. Assim, esse processo que leva sempre à queda dos níveis dos preços e das taxas de lucro, leva também a que as empresas mais débeis sejam expulsas da indústria nos períodos de baixa. E esse expulsão permite então nova subida dos preços e consequentemente dos lucros, porque significa redução da oferta. Então, de novo, a indústria caminhará para níveis de lucratividade mais altos, incentivando a entrada de novas empresas, atraídas pelos lucros extraordinários conseguidos aí.

O processo das baixas, das crises, como mais corretamente as chamaremos aqui, é também o processo de engordamento de algumas empresas, as mais fortes, as que conseguem evitar sua expulsão da indústria. Estas empresas passam então a ocupar o lugar das que são obrigadas a abrir falência, e com isso a estrutura de tamanho da indústria se modifica. De uma situação onde as empresas são semelhantes em tamanho e em estrutura de custos, transita-se para uma situação onde as empresas têm estruturas de custos diferenciadas, tamanhos e escalas de produção também.

Assim, o processo de concorrência, sua lógica férrea começa a alterar o sistema industrial capitalista, conformando estruturas oligopolistas. Aqui, uma característica marcante da dinâmica capitalista, a sua dinâmica contraditória. Da plena concorrência, de pleno funcionamento da concorrência, nasce a oligopolização, a negação da concorrência como guerra de preços simplesmente.

As estruturas oligopolistas se caracterizam pela existência de grandes empresas, que têm estruturas de custos extremamente mais eficientes que as pequenas e médias empresas, que possuem escalas de produção mais elevadas que as pequenas e médias, além de não ser garantida aí a plena difusão dos frutos do progresso técnico. Nestas estruturas oligopolistas, uma regra de ouro do mecanismo da concorrência está abalada: não existe livre entrada de empresas na indústria. Funcionam aqui as "barreiras à entrada".

A conclusão formal que emerge é aquela de negar o crescimento linear da empresa. As empresas em estrutura oligopolista, ou nascem grandes, ou não nascem. A única forma da empresa entrar numa estrutura oligopolista, tendo papel ativo no processo, é entrando "grande". As pequenas e médias empresas que entram nessas estruturas têm papel subordinado, complementar, e poderão ser expulsas a qualquer período de crise para a indústria.

Finalmente, característica do regime oligopólio que é importante ressaltar, é aquele referente às características do processo de difusão dos frutos do progresso técnico.

Dada a rigidez dos preços, a tendência à manutenção das margens brutas de lucro do oligopólio, qualquer redução de custo não se difundirá para o resto da economia, já que não se transplantará para os preços.

Assim, o progresso técnico tem no oligopólio a função precípua de aumentar as margens de lucro das empresas, não difundindo para o resto da economia os frutos do progresso técnico.

O papel dos bancos na acumulação de capital é cada vez mais importante, quanto mais o capital se acumule, e portanto, se necessite avançar cada vez mais a produção, ou seja, a compra de meios de produção e capital variável sobre o volume da mais valia, apropriado no período de produção. Neste sentido, o papel dos bancos é descongelar capital, captando dinheiro que estava congelado em algum ponto do circuito, e transferir esse dinheiro, transformado em crédito industrial para os capitalistas:

"El crédito de capital consiste, portanto, en transferencia de dinero que debe transformarse así de capital monetario congelado en ativo (...) La posibilidad del crédito del capital nace aqui de las condiciones de la circulación del mismo capital monetario: nace porque se congela periódicamente dinero en la circulación individual del capital. Unos capitalistas lo entregan continuamente a los Bancos, los cuales lo vuelven a poner a disposición de otros." (8)

A maneira dos Bancos cumprirem esta importante tarefa no estágio onde o capital se concentra e se associa ao capital bancário é na forma de concentração dos depósitos, no

(8) HILFERDING, Rudolf - EL CAPITAL FINANCIERO - Trad. Esp. 2a. ed. Madri, 1973, pág. 87.

oferecimento de incentivos ao depósito (através das vantagens das taxas de juros) e na criação de uma extensa rede de agências que se espalham para a captação de depósitos.

A análise de Hilferding está profundamente influenciada pela experiência alemã do pré — primeira guerra, onde a concentração bancária era extraordinária, onde um grande banco era quase sempre o responsável por toda a atividade monetária e financeira do país, associando-se aos grandes monopólios que surgiram, como a AEG, a Krupp, etc.

O comprometimento do capital bancário na empresa estará diretamente vinculado à espécie de capital (fixo ou circulante) que o capital bancário esteja financiando.

"El Banco ha investido su capital en una empresa capitalista y, con ello, forma parte en la suerte de esta empresa. Esta participación es tanto más sólida cuanto más actúe el capital bancario como capital fijo en la empresa." (9)

O papel do crédito de pagamento internacional para a evolução ao crédito de capital não pode ser negligenciado. A mudança na pauta de exportações (de crédito comercial) para inversão de capital, significou a partir dos meados do século XIX, fundamentalmente, a conquista da produção estrangeira.

Num outro nível, a expansão do crédito de capital significou o acionamento da guerra concorrencial capita —

(9) HILFERDING, Rudolf - op. cit., pág. 89.

lista com a liquidação dos mais fracos e a incorporação destes aos mais fortes, sendo este o principal veículo de concentração de capital. Entretanto, ao mesmo tempo, este é um processo de debilitamento da autonomia da empresa com relação aos Bancos. O processo de aumento da escala de produção, da produção da superlucros, da destruição dos concorrentes, é também o processo de expansão do endividamento da empresa com relação aos Bancos. Se a participação dos empréstimos se localiza também ao nível do capital fixo de prazo de amortização mais longo e prazo de maturação mais lento, então a dependência do capital bancário se torna maior e o controle do capital bancário se torna patente:

"Mientras el crédito sólo era transitório, mientras la empresa sólo recibia del Banco y en forma de crédito su capital circulante, la solución de esta relación era relativamente fácil. Una vez transcurrido el periodo de rotación, la empresa podia volver e pagar el crédito y buscarse otro concesionario de crédito. Esto cesa cuando también se acredita una parte del capital fijo. La obligación sólo se puede disolver después de longo tiempo. La empresa queda ligada al Banco. Pero en esta relación el Banco costumbra ser la parte más fuerte. El Banco dispone siempre del capital en su forma líquida, preparada para convertirse em capital monetario. La empresa, en cambio, depende de la transformación de la mercancía." (10)

(10) HILFERDING, Rudolf - op. cit. pág. 94.

A disponibilidade de capital monetário, a capacidade de captar sempre novos depósitos, de descongelar sempre novos volumes de dinheiro, é o que dá ao Banco hegemonia frente à empresa, cujo capital está imobilizado como capital de produção ou mercadorias.

Entretanto, isto não significa estar o Banco imune às crises que a empresa certamente atravessará. A vinculação empresa-banco marca período de intensa concentração de capital e de controle cada vez maior do capital financeiro sobre o processo de produção. Este controle significa concretamente que será o capital financeiro que promoverá o ritmo de acumulação das empresas componentes dos conglomerados, ficando também afeto ao capital financeiro o deslocamento do excedente gerado nas empresas do conglomerado. O controle do excedente determinará um constante remanejamento do processo de acumulação, reduzindo ou intensificando a produção em determinados ramos, dependendo de suas taxas de lucro, incorporando novas empresas, enfim, criando mecanismos de transferências de excedente entre as empresas do conglomerado que garanta maiores taxas de lucro, impulsionando setores com maiores possibilidades, deprimindo outros em situação difícil, etc. O controle do capital financeiro significa a possibilidade dos capitalistas transferirem a mais-valia de um setor a outro do conglomerado, visando manter taxas de acumulação a níveis crescentes. Ao mesmo tempo, a inevitabilidade das crises é fantasma assustador que ameaça sempre, que atemoriza os grandes complexos industriais-financeiros.

Sobre o papel do crédito industrial, entretanto, vale a pena notar a análise de Rosa Luxemburg. Analisando um dos fatores de adaptação do capitalismo, "o crédito", o qual era saudado pelos sociais-democratas revisionistas alemães como uma das provas da capacidade sempre renovada do capitalismo encontrar soluções de adaptações, diz Rosa Luxemburg:

"Ora, se existe um meio para agudizar no mais alto grau as contradições ao capitalismo atual, esse meio é exatamente o crédito. Agrava a contradição entre a produção e a troca, favorecendo ao máximo a tendência expansionista da produção, paralisando a troca na primeira ocasião. Agrava a contradição entre a apropriação e a propriedade, separando a produção da propriedade, transformando o capital em capital social, mas por outro lado, dá a uma parte do lucro a forma de interesse do capital, reduzindo-a a um simples título de propriedade. Agrava a contradição entre as relações de propriedade e as relações de produção, expropriando um grande número de pequenos capitalistas e concentrando forças produtivas consideráveis nas mãos de alguns." (11)

À perspectiva também otimista dos revisionistas sobre a capacidade de recuperação do capitalismo ao criar sempre novas formas de adaptação, como as fusões (concentração de capital), diz Rosa Luxemburg:

"A concentração de capital, bem como o crédito, agrava o antagonismo existente entre o modo de produção e o modo de troca, agudizando a luta entre produtores e consumidores; temos um exemplo nos Estados U

(11) LUXEMBURG, Rosa - REFORMA OU REVOLUÇÃO?, trad.port.Lisboa, 1970,p.21.

nidos da América. Agravam, por outro lado, a contradição entre o modo de produção e o modo de apropriação, opondo à classe operária, da maneira mais brutal, a força superior do capital organizado, conduzindo assim ao extremo o antagonismo entre o capital e o trabalho. Por fim, agravam a contradição entre o caráter internacional da economia capitalista mundial e o caráter nacional do Estado capitalista; porque sempre se fazem acompanhar de uma guerra alfandegária generalizada, exasperando assim os antagonismos entre os diferentes Estados capitalistas." (12)

E isso foi escrito nos primeiros anos do século XX, muito tempo antes, portanto, da primeira guerra, uma profecia amarga e terrível.

(12) LUXEMBURG, Rosa - op. cit. pág. 25.

I.2 - O Pensamento Marginalista e a Crise do Capitalismo

A época da Revolução Marginalista é época de crise para o capitalismo, crise tanto política quanto econômica. A experiência da comuna de Paris era chaga aberta no corpo exangue de um capitalismo combalido, incapaz de encontrar novas e lucrativas oportunidades de investimento, depois de encerrado o **boom** das ferrovias. A "Revolução Marginalista" é pensamento que surge e se desenvolve no momento mesmo da vigência da chamada grande depressão.

Assim, como divisor de águas, a grande depressão é também momento em que o processo de concentração e centralização do capital tornam-se expedientes decisivos na recuperação do capitalismo, o pórtico da etapa de dominação do capital monopolista.

E é sintomático que, no momento de dominação do capital monopólico, o pensamento marginalista, cada vez mais e com maior rigor, insista nas condições de concorrência perfeita como pressupostos essenciais de suas construções teóricas. A completa dissociação da teoria marginalista com as preocupações com o funcionamento de um sistema econômico cada vez mais distante dos limites e simplificações da teoria da concorrência perfeita.

Esse divórcio absoluto entre teoria e realidade é necessidade e opção de uma classe que, vitoriosa e isolada no poder, precisa impor ideologia que referente o capitalismo como supremo estágio da evolução da humanidade, sistema perfeito dominado por racionalidade, que garante a maximização das satisfações de todos os indivíduos, a mais eficiente alocação de recursos.

Esse programa ideológico, em que o pensamento

marginalista se consolidá como escola de apologia aberta, negando o caráter cíclico da evolução capitalista, negando a própria possibilidade de crise, a absoluta desconsideração com relação aos aspectos do funcionamento real do capitalismo, teve derrota séria com a crise dos anos 30.

Diante das proporções gigantescas da crise, das falências enormes, do desemprego imenso, do acúmulo de estoques, da queda dos salários (remédio inútil do receituário marginalista) não houve como evitar a declaração de falência. A "Revolução Keynesiana" é mal menor. Reconhece-se o fracasso, saúda-se a receita keynesiana como indispensável, e a Keynes como filho dileto. A partir daí, nova proposta teórico-ideológica se coloca: absorver Keynes, fazer de suas idéias tijolos a mais na construção marginalista.

II - O CONCEITO DE REVOLUÇÃO MARGINALISTA EM SCHUMPETER

II.1 - A visão de Schumpeter

Entre os defensores da existência de uma Revolução Marginalista destaca-se Schumpeter. Para entender a posição de Schumpeter é preciso ter clara que a sua perspectiva ao escrever a História da Análise Econômica é inventariar a evolução da "análise econômica", os progressos autênticos da técnica analítica, da construção da "caixa de ferramentas" a que foi reduzida a economia política com suas elasticidades, curvas de indiferença, curvas de contrato, isoquantas, funções de produção, etc. Há, segundo Schumpeter, um ganho líquido para a "teoria pura" a introdução da linguagem matemática na análise econômica o que torna mais rigorosos e precisos os esquemas analíticos, chegando mesmo, no caso de Walras, a equiparar a economia à física teórica, tal o grau de rigor formal e exatidão: "Entretanto, no que respeita à economia pura, Walras é, na minha opinião, o maior de todos os economistas. Seu sistema de equilíbrio econômico, unindo a qualidade de sua criação revolucionária com a qualidade de síntese clássica, é a única obra de um economista que pode ser comparada com as realizações da física teórica. Em comparação com a sua obra, a maioria dos trabalhos teóricos do período, e fora dele, apesar de seu valor próprio e não obstante, originais, possam ser subjetivamente, assemelha-se a uma série de botes ao lado de um transatlântico, ou a tentativas inadequadas de atingir algum aspecto particular da verdade walrasiana. A obra de Walras é o marco principal no caminho seguido pela economia rumo ao status de uma ciência exata e, embora hoje obsoleta, constitui o alicerce de boa parte do melhor trabalho teórico contemporâneo".¹³

¹³ - SCHUMPETER, Joseph. op. cit. p. 100.

Física teórica, ciência exata, essa a meta que deveria ser perseguida pela economia. De novo a renovação do ideal comteano, de transformar as ciências sociais em ciências exatas. Para Schumpeter então, duas coisas são fundamentais na avaliação das contribuições ao desenvolvimento da análise econômica: o rigor lógico e a elegância formal da análise. O caráter explicativo ou não da teoria, as questões substantivas sobre o caráter social da economia não são questões da "teoria pura", da teoria do equilíbrio, da mecânica social a que foi convertida a economia estudo das condições de equilíbrio, determinação da possibilidade da existência do equilíbrio.

No capítulo 6 do livro III de Schumpeter há item que leva o sugestivo nome de "A Revolução na teoria do valor e da distribuição"; é sobre este item que nossa atenção centrar-se-á a partir daqui.

Schumpeter começa sua análise pela discussão da teoria da utilidade marginal tal como foi formulada pela escola austríaca (Menger, Wieser e Bohm-Bawerk). O primeiro e insubstituível fato da nova escola foi o postulado - ou lei - da nova teoria do valor que diz: "à medida que vamos adquirindo incrementos sucessivos de cada bem, a intensidade de nosso desejo por uma "unidade" adicional declina monotonicamente até que alcança zero - sendo concebível que caia abaixo de zero".¹⁴ Esta a "lei das necessidades saciáveis" como a chamou Marshall ou a primeira lei de Gossen. A partir desse postulado ergue-se estrutura teórica complexa que Schumpeter analisa com o subtítulo de "A teoria do valor de troca".

Todos os adeptos da teoria do valor utilidade aspiravam provar que "o princípio da utilidade marginal é suficiente para estabelecer relações de troca entre bens, que irão ser estabelecidas em mercados competitivos e, também, as condições em que a amplitude das possíveis relações de troca devem ser substituídas por relações de troca univocamente determinadas. Em outras palavras, eles

¹⁴ - SCHUMPETER, Joseph. op.cit. p. 190.

estabeleceram o que Adam Smith, Ricardo e Marx acreditaram ser impossível, ou seja, que o valor de troca pudesse ser apresentado em termos de valor de uso".¹⁵ A análise da teoria do valor de troca feita por Schumpeter termina por dar importância essencial à teoria da utilidade marginal: "O ponto essencial é que, nesta nova teoria das trocas, a análise da utilidade marginal criou um instrumento analítico de aplicabilidade geral aos problemas econômicos."¹⁶ Esta colocação é crucial para nossa argumentação posterior. O peso e a importância da teoria da utilidade marginal não são incidentais e descartáveis. É a teoria da utilidade marginal o alicerce sobre o qual se ergue a teoria marginalista.

No item b, trata Schumpeter dos problemas do custo, produção e distribuição. Aqui ele coloca o tratamento que Menger dá aos bens de produção (bens de ordem superior) como também atendendo à satisfação dos consumidores (por meios indiretos, por ajudar a produzir coisas que satisfazem diretamente às suas necessidades) como também regidas pela lei da utilidade marginal. Tal colocação permite então dar amplitude ao princípio da utilidade marginal, possibilitando-o a tratar de problemas "da área de produção" e da "distribuição". Nas palavras de Schumpeter: "Aos fatores ou agentes de produção são dados valores de uso: adquirem seus índices de significância econômica e, portanto, seus valores de troca, por meio do mesmo princípio da utilidade marginal que confere índices de significância econômica e, portanto, explica os valores de troca dos bens de consumo. Mas esses valores de troca, ou preços relativos dos fatores, constituem os custos de produção das firmas produtoras. Significa isto que, de um lado, o princípio da utilidade marginal passa a cobrir o fenômeno dos custos e, conseqüentemente, a lógica da destinação de recursos (estrutura de produção), resultan

¹⁵ - SCHUMPETER, Joseph. Op. cit. p. 191.

¹⁶ - SCHUMPETER, Joseph. Op. cit. p. 191.

do em que o "lado da oferta" do problema econômico, passa a ser determinado por considerações econômicas. Significa também que, por outro lado, considerando-se que os custos das empresas são as rendas das unidades de consumo, o mesmo princípio da utilidade marginal, com a mesma condição, cobre automaticamente os fenômenos da formação, ou da "distribuição", da renda, que realmente deixam de ser um tópico à parte, embora possam, certamente, ser tratados de forma separada, a bem da conveniência de exposição. O conjunto da economia pura encontra-se, assim unificada sob a luz de um único princípio - em uma forma jamais conseguida anteriormente".¹⁷

A teoria da produtividade marginal foi formulada pelos austríacos (Menger) analogamente à teoria da utilidade marginal. Menger construiu a sua teoria das perdas que é a embrionária teoria da produtividade marginal, a partir de críticas que foram feitas à teoria da utilidade marginal: "... a teoria da utilidade marginal seria inaplicável para medir o valor de quaisquer bens que não bens de consumo, presentes em quantidades dadas, e, portanto, inaplicável à produção, deveria ter sido suficiente para mostrar que aqui se tratava de um fato de dificuldade real, e não superficial, cuja remoção era o pré-requisito para que a idéia fundamental se tornasse analiticamente operacional, Menger removeu-a, aplicando o análogo do método que usou para resolver o paradoxo do valor. Aceitou a impossibilidade de separar as contribuições dos fatores, ao produto que resulta de sua cooperação. Mas observou que, para remover a dificuldade, era suficiente determinar as suas contribuições marginais (Grenzbeitrag, de Wieser). E estas podem ser facilmente encontradas se se retirarem, sucessivamente, pequenas quantidades de cada requisito de produção, mantendo os outros constantes, e medindo a perda de satisfação que isto causará aos consumidores do produto ou produtos".¹⁸

¹⁷ - SCHUMPETER, Joseph. Op. cit. p. 192.

¹⁸ - SCHUMPETER, Joseph. Op. cit. p. 193.

Da colocação de Menger decorre o "princípio da imputação", nas palavras de Dobb: "El principio de la pérdida de Menger, para imputar o derivar los valores de los bienes de producción a partir de los valores de los bienes de consumo, es desarrollado en dirección a una teoría de la productividad marginal - aunque en una versión especial suya - la de la "productividad marginal con una diferencia" de Schumpeter".¹⁹

Schumpeter entretanto, criticará o princípio da imputação como não sendo realista, como não correspondendo ao processo real mental dos agentes econômicos, diz ele: "Todavia, a construção envolvida em aplicar o método da imputação estava não só muito longe de qualquer processo mental real que possa ser creditado a qualquer agente atuante - o que não importa muito, considerando-se o "como se" que entra nesta, como em muitas outras construções científicas - mas era, também, desnecessária. Para determinar os preços dos fatores e suas partes distributivas, não necessitamos conhecer primeiro seus valores de uso. Tudo o que precisamos saber são os gostos dos consumidores, as condições tecnológicas de produção, e a distribuição inicial da propriedade dos "fatores"; então, o princípio do máximo de renda líquida, implicando no princípio de mínimo custo, fará o resto".²⁰

O que está implícito aqui é a idéia de quantidades dadas de capital que não foram produzidas, "caíram do céu" e portanto podem adquirir qualquer preço de oferta, até zero, ou seja, a idéia de que as mercadorias chegam ao mercado sem valor.

No item c, "Interdependência e Equilíbrio", Schumpeter discute o sistema walrasiano. Para Schumpeter, a "história do esforço analítico" da evolução da análise econômica é a história da "crescente percepção, parcial a princípio e mais geral por fim, da presença de um processo econômico logicamente coerente, percepção que primeiramente conseguiu uma formulação consciente nos trabalhos de

¹⁹ - DOBB, Maurice. Idem. p. 212.

homens como Cantillon, Quésnay, A. Smith e Ricardo".²¹ Continua Schumpeter seu argumento: "Mas foi somente no período em discussão que a concepção de um cosmo econômico, que consistia num sistema de quantidades interdependentes, foi elaborada, e todos os seus problemas, se não satisfatoriamente solucionados, pelo menos claramente esboçados, e com a idéia de um equilíbrio geral, entre estas quantidades, claramente estabelecido no centro de uma teoria pura. Foi essa a obra de Walras".²²

Clara então a intenção de Schumpeter, de apresentar toda a evolução da análise econômica como preparação para as "alturas" do sistema walrasiano, toda a história da análise econômica até Walras não é senão a história dos erros e acertos rumo a "suprema construção" do equilíbrio geral.

Depois, consolidado o sistema walrasiano, pode então Schumpeter prescindir do princípio da utilidade marginal como fundamental, afirmando ser esse princípio senão "uma teoria embrionária do equilíbrio geral". Deixemos falar Schumpeter: "Tão logo compreendamos ser o sistema do equilíbrio geral o realmente importante, descobriremos que, em si, o princípio da utilidade marginal não é, afinal, tão fundamental como Jevons, os austríacos e o próprio Walras acreditavam. Mas a análise do esquema de Walras nos mostra o fato de que a utilidade marginal foi a escada pela qual Walras se elevou ao nível do seu sistema de equilíbrio geral. Se o princípio da utilidade marginal deixou de ser importante depois que este nível foi alcançado, a sua importância heurística, entretanto, foi total. Esta observação lança uma nova luz sobre as realizações de Jevons e dos austríacos. Eles também encontraram a escada. Apenas a técnica defeituosa proibiu que chegassem ao topo. Mas eles

²¹ - SCHUMPETER, Joseph, op. cit. p. 196.

²² - SCHUMPETER, Joseph, op. cit. pp. 196-197.

subiram até o ponto que sua técnica permitiu. Em outras palavras: devemos ver a teoria da utilidade de Jevons-Menger como uma teoria embrionária do equilíbrio geral ou, em todo caso, como uma forma particular do princípio unificador que se encontra na base de qualquer sistema de equilíbrio geral".²³

Finalmente, Schumpeter se coloca duas questões que pretendemos discutir e que dizem respeito à existência ou não da revolução jevoniana e qual o significado dessa revolução caso tenha existido. Diz ele: "Em que sentido foi efetuada uma revolução? Produziu esta revolução uma nova teoria do processo econômico?"²⁴

A primeira pergunta responde: "Se nos referimos a uma modificação que seja total e descontínua, então a reivindicação daqueles pioneiros da teoria moderna - reivindicação de haver revolucionado a parte "pura" da economia - deveria ser admitida".²⁵

A essa resposta de Schumpeter pretendemos invocar argumento que antes de ser pura pesquisa de antecedentes é essencialmente demonstração de característica decisiva da ideologia burguesa que é o fato dela jamais ter sido inteiramente cristalina que mesmo quando a dominância é o pensamento progressista de Descartes-Hegel de Petty-Ricardo a presença de Pascal-Berkeley, de Say-Senior são inequívocas manifestações da opacidade da ideologia burguesa. Assim o pensamento burguês mesmo em sua etapa heróica é território onde progresso e reação coexistem onde os germes da pura apologia em que se transformará a economia já existem como que a pre-nunciar os tempos futuros feitos de fetichização do objeto da economia, da exarcebação do individualismo, da abolição da história e a entronização do capitalismo como sistema da harmonia e da fe-

²³ - SCHUMPETER, Joseph. Op. cit. p. 197.

²⁴ - SCHUMPETER, Joseph. Op. cit. p. 197.

²⁵ - SCHUMPETER. Joseph. Op. cit. p. 197.

licidade, onde todos estão a maximizar suas satisfações, onde a renda e os recursos estão otimamente distribuídos, a partir dos critérios absolutos da eficiência e racionalidade.

Nossa preocupação então é mostrar que a explosão múltipla e simultânea representada pelas obras de Menger-Jevons-Walras é na verdade momento em que a economia vulgar encontra complemento e solução. Sofistica-se pelo uso das matemáticas pela formalização, pelo pretense rigor analítico.

Em 1854, Hermann Heirinch Gossen publicou obra com o título "Desenvolvimento das Leis da Ação Humana e dos Conseqüentes Princípios do Comércio Humano" que permaneceu desconhecida até a publicação das obras de Jevons, Menger e Walras, publicadas em 1871 as dos dois primeiros, em 1874 a do último. Pretende Gossen ter realizado feito ao nível da teoria econômica semelhante ao de Copérnico na astronomia. Nesta obra, à semelhança de Copérnico, Gossen espera estar destruindo séculos de ignorância e obscuridade colocando no centro das preocupações da teoria econômica "o sol" do cálculo do "prazer e da dor" como verdadeiro objeto da economia. Maurice Dobb dá notícia da proposição de Gossen nos seguintes termos: Gossen "presentaba una teoría semimatemática del placer y del dolor, con la noción de la saciedad de las necesidades o de la utilidad decreciente (su "primera ley") y el principio de que en el momento en que se quiera obtener el máximo placer, esto se logrará igualando los incrementos finales de todos los placeres (o en forma más correcta, como hemos visto, los incrementos finales del ingreso monetario gastado en adquirir diversos disfrutes). Por analogía se extendió este principio a los bienes utilizados en la producción (a los cuales llamaba Gossen "bienes de tercera clase") y al trabajo; y puesto que el trabajo involucraba una compensación de la desutilidad del trabajo adicional contra el placer adicional resultante del fruto de ese trabajo. El valor depende por intero de las relaciones entre las relaciones entre el objeto y el sujeto".²⁶

²⁶ - DOBB, Maurice. Teorias del Valor y de la Distribucion... idem. p. 211.

A "revolução" de Gossen pretende ameaçar o sistema da economia política clássica. Ameaça seu objeto: já não se trata de pensar as relações econômicas como relações sociais, relações entre pessoas intermediadas pelas coisas, senão que se trata de pensar a economia como tratando de relações entre homens e objetos que lhe dão prazer. Aqui, o segundo traço do rompimento de Gossen: o valor dos objetos é sempre avaliado subjetivamente, devendo a economia agora se ocupar das relações entre os objetos e a satisfação que eles proporcionam, sua utilidade. A "revolução" de Gossen significa substituir a teoria do valor objetivo determinado ao nível das relações sociais de produção, por teoria do valor subjetivo, onde os "objetos" serão avaliados a partir do cálculo do prazer (utilidade) que eles nos proporcionam. Os custos serão avaliados a partir da dor (desutilidade, abstinência, risco) que nos custa obtê-los, tal como aparece em sua versão mais acabada através do conceito de custo real "subjetivo" de Marshall.

A "revolução" de Gossen significa então a liquidação da economia política, o abandono de suas preocupações, a redefinição de seu objeto. Já não se trata de pensar as relações econômicas como relações sociais que os homens travam numa sociedade específica (a sociedade burguesa), já não se trata de pensar a sociedade econômica como sendo regida por leis que refletem os interesses das classes sociais. A "revolução" de Gossen é sobretudo a destruição dos princípios e procedimentos metodológicos que tinham feito da economia política a ciência da sociedade civil. Neste sentido, cremos que a "revolução" de Gossen é na verdade subversão do objeto da economia política significando substituição do método, das preocupações e das categorias centrais da economia política pela teoria do valor subjetivo (utilidade) de importância crucial para a ciência econômica, ou economia, que é como passa a ser chamada a economia política.

Temos até esse ponto então uma "revolução" e um revolucionário - Gossen. Não para aí, entretanto, a reivindicação de paternidade de uma revolução na economia. William Stanley Jevons ao

publicar em 1871, Theory of Political Economy, também é tido como revolucionário. E "revolução jevoniana" é o nome com que hoje em dia se identifica a nova economia que surge simultânea e idenpendentemente nos textos de Jevons e Menger (1871) e Walras (1874).

Entre as contribuições que são imputadas a Jevons, a formulação da "teoria do grau final da utilidade" (utilidade marginal) é certamente o seu carro chefe. Dobb, em seu livro citado, assim se refere à teoria do valor de Jevons: "En su tercer capítulo Jevons desarrolla con más detalles su teoría del valor. Abre este capítulo con la afirmación de que "el placer y la pena son sin duda alguna los objetivos últimos del cálculo de la economía y continúa diciendo que 'satisfacer nuestras necesidades al máximo, con el mínimo esfuerzo... o en otras palabras, lograr la máxima satisfacción y placer, es el problema de la economía'; define a la utilidad (citando a Say y a Bentham) como 'la cualidad abstracta por la cual un objeto sirve a nuestros propósitos y adquiere el rango de una mercancía; más adelante afirma que 'aunque la utilidad es una cualidad de las cosas, no les es inherente. Más adecuado sería describirla, quizá, como una circunstancia de las cosas, que surge de sus relaciones con las necesidades del hombre'".²⁷

Do texto citado podemos depreender que a idéia de utilidade tem antecedentes mais remotos em Say e Bentham, além da notória proximidade com as colocações de Gossen. Então a questão a se discutir é se houve realmente "revolução" no sentido da "transformação radical dos conceitos artísticos ou científicos dominantes numa determinada época". A época não havia dominância de qualquer conjunto de conceitos que pudesse ser chamado em toda a sua extensão de um sistema coerente e acabado da economia política clássica, senão que coexistiam na "época" da chamada economia política

²⁷ - DOBB, Maurice. Idem, p. 203.

clássica autores e sistemas como os de Say, Bastiat, Carey, o próprio John S. Mill, que com seu ecletismo já são, em muitos pontos, intérpretes, representantes dos princípios e métodos que caracterizarão a "revolução Jevoniana". Então, não há "transformação radical dos conceitos", senão que sistematização de idéias e conceitos que vinham se impondo desde Condillac e mesmo antes, ou seja, evolução lenta, secular mesmo, de problemas e conceitos que estavam presentes no próprio momento da consolidação da economia política clássica no ecletismo de Smith, na obra de Say, na multiplicidade que é a obra de John Stuart Mill. Não há portanto, uma época de dominação da economia política clássica que seria seguida da época da economia vulgar, senão que existem autores clássicos como Sismondi, Ricardo, Boisguillebert, Petty, Smith, vivendo em países e épocas diferentes. Outra idéia que julgamos importante para discutir a questão da existência ou não de uma "revolução jevoniana", ou seja, a "revolução da teoria do valor utilidade" é o fato de ser Jevons, como também Gossen adeptos do utilitarismo de Bentham. Acreditamos que é certamente impossível não admitir a influência do utilitarismo na obra de Gossen e Jevons. Mais ainda, a influência de Gossen na formulação de suas próprias idéias é admitida por Jevons como também por Walras. Assim, temos uma "revolução jevoniana" que é precedida por uma "revolução gosseniana" e que, por sua vez, é precedida por uma série de antecedentes que vieram estabelecendo idéias e princípios, que vieram a se constituir nos traços essenciais do "marginalismo".

Sobre a questão de se a revolução marginalista significa uma mudança de objeto assim se coloca Schumpeter: "A segunda pergunta, como foi colocada, deve, certamente, ser respondida de forma negativa. Nenhuma teoria no sentido da teoria pura poderá jamais ser uma teoria no sentido de uma análise completa dos fenômenos aos quais se refere. Suposições concretas são tão importantes como o aparato analítico que delas retira resultados. Além do mais, a vida econômica é um processo histórico único e nossos autores não tinham esquemas explanatórios das mudanças econômicas além daquilo

que herdaram de A. Smith; mesmo que tivessem tido um esquema próprio, a sua teoria da utilidade marginal teria sido completamente neutra em relação ao mesmo".²⁸

Ao contrário de Schumpeter, acreditamos que a resposta a esta pergunta deve ser sim, se por ela entendermos que a "Revolução" marginalista modifica a problemática, o objeto da economia política, significa, a consolidação de idéias esparsas e inconsistentes, através de um instrumental analítico adequado aos critérios positivistas de ciência, abraçados pelos adeptos da escola. Na colocação de Belluzzo:

"A idéia de troca como escolha entre duas ou mais posições alternativas permitir generalizar e tornar mais precisa a noção de utilidade como fundamento do valor, e defini-la como uma relação entre os incrementos de utilidade, dadas as quantidades de bens ou recursos. É preciso ressaltar que, desta forma, a adoção da teoria da utilidade marginal conduziu a uma subversão radical da problemática da Economia Política. Trata-se, agora, de discutir as condições de equilíbrio no processo de "troca", entendida como escolha entre duas ou mais posições subjetivas equivalentes. Dada uma certa quantidade de bens ou recursos, o problema que se coloca é o de distribuí-los, eficientemente, entre usos alternativos, de modo que a vantagem obtida como uma utilização compense, exatamente, a perda em não utilizá-los de outra forma. "Tanto se estamos nos referindo à distribuição de uma dada renda monetária entre um determinado número de bens de consumo, como da alocação de fatores de produção entre usos alternativos, ou da distribuição de um certo período de tempo entre trabalho e descanso, o princípio é sempre o mesmo. Ademais, em cada caso, o problema da alocação possui uma solução máxima tão só se o processo de

²⁸ - SCHUMPETER, Joseph. Op. cit. p. 198.

transferir uma unidade do recurso em questão para um determinado uso, em detrimento dos demais, está sujeito a rendimento decrescente".

Não é difícil compreender a conseqüência desta violenta transposição de níveis para a teoria da produção e da distribuição.

Desde logo, como assinalou com felicidade, Bob Rowthorn, o subjetivismo radical, envolvido na noção de utilidade, tem sua contrapartida objetiva na idéia de produção como um processo natural, concebido como uma relação entre insumos físicos que são "misteriosamente transformados numa certa quantidade de produto, representado por bens materiais e não-materiais".

Aqui, a questão fundamental é a da redução dos elementos definidores da forma social da produção capitalista à sua dimensão natural, enquanto elementos universais de toda a produção. O conceito chave desta delicada operação reductiva é o de fator de produção. Capitalistas e trabalhadores, ambos apresentam-se, no mercado, enquanto proprietários de fatores de produção cujos "serviços" se dispõem a vender em troca de uma remuneração.

Semelhante redução teórica, ao mesmo tempo, expulsa as classes sociais como categorias relevantes, da Economia Política ..."²⁹

Em seu artigo sobre o "fetichismo da mercadoria", Fredy Perlman discute esta questão mostrando: primeiro a não existência de "revolução jevoniana", senão a redescoberta da "teoria utilitária do valor de Say",³⁰ segundo, que a reparação da teoria do valor utilidade formulou uma nova definição da economia: "En opinión del economista norteamericano Robert Campbell, la reaparición de la teoría de la utilidad puso orden en el caos: 'La reconciliación de todas estas explicaciones parciales en conflicto para constituir una teoría general unificada del valor se produjo recién a fines del siglo XIX por los autores de la escuela utilitarista, con el concepto de equilibrio general y la reducción de todas las explicaciones al común denominador de la utilidad'. Fusfeld señala la razón principal de este entusiasmo: 'Una de las más importantes conclusiones que se derivaban de esa línea de pensamiento era que un sistema de mercado libre tiende a llevar ao máximo el bienestar individual'. (...) Después de saludar con alborozo la reaparición de la teoría de la utilidad, Campbell pasa a redefi-

²⁹ - BELLUZO, Luiz Gonzaga. Um Estudo sobre a Crítica da Economia Política. Tese de doutoramento. UNICAMP-CAMPINAS. mimeo. 1975. pp. 87-88.

³⁰ - PERLMAN, Fredy. "El fetichismo del mercancia". In Ensayos sobre la Teoría del Valor Marxista de Isaak Rubin. Trad. esp. Buenos Aires. 1974. p.

nir la economía de tal manera que excluye las cuestiones que Marx había planteado. Campbell lo hace explícitamente: 'Un resultado de esta nueva concepción del problema del valor fue la formulación de una nueva definición de la economía, la única aceptada comúnmente en la actualidad, como la teoría de la asignación de recursos escasos entre fines divergentes'".³¹

- A questão é complexa. É certamente possível encontrar antecedentes para qualquer idéia por mais original que pareça. Com os argumentos dos antecedentes não estamos pretendendo invalidar o fato de que com Jevons - Menger - Walras um sistema teórico tenha se erigido "ciência" e dominado o pensamento acadêmico burguês. Também não estamos negando o fato de tal esquema teórico constituir-se estrutura metodológica que perdura até hoje na economia burguesa.

- O ponto que pretendemos chamar atenção é que antes de ser Revolução no sentido de Schumpeter o pensamento marginalista é certamente contra-revolução teórica, momento em que a burguesia abraça ideologia apologeta descartando da economia todos os traços que pudessem revelar a dominação do capital sobre o trabalho, o caráter eminentemente político-social das relações econômicas.

- Nesse mister o marginalismo vai buscar no liberalismo a idéia do primado do indivíduo e hipertrofiá-la. De repente o indivíduo isolado, Robinson Crusóé, é colocado no centro das preocupações teóricas. Indivíduo soberano, racional em suas escolhas, o homo oeconomicus é invenção crucial nesse sentido, o indivíduo, a satisfação de suas necessidades, a sua absoluta possibilidade de escolha entre bens e fins alternativos.

³¹ - PERLMAN. Fredy. op. cit., p. 34.

- O grande truque. Afirmá-se o caráter hedonístico do indivíduo, colocando-o diante de objetos pede-se que ele escolha os que mais o atraem, está dada a pedra angular do sistema, o valor dos bens decorre da subjetividade do indivíduo. A sociedade será constituída através da agregação, é a soma dos indivíduos, entre eles nenhuma diferença que não a decorrente de que uns tem um tipo de bens para dispor (o trabalho) outros outro tipo de bem (o capital). Os "agentes econômicos" detentores dos fatores de produção (trabalho e capital) estarão, então, harmonicamente empenhados na produção (fato natural a que é reduzida), cada qual contribuindo com quotas - partes para a formação do produto que depois será repartido na justa medida da participação dos fatores, a partir de suas produtividades marginais.

- Não mais relações econômicas como relações sociais, não mais produção como resultado da dominação do trabalho ao capital. Institui-se o reino da "harmonia das esferas", onde os indivíduos estão a cada passo maximizando suas satisfações, "o melhor dos melhores mundos possíveis".

- A tentativa de responder às questões de Schumpeter de forma alternativa merece qualificação adicional no sentido em que falta-nos visão de conjunto da evolução do pensamento econômico burguês em que a chamada Revolução marginalista apareça em suas conexões históricas e teóricas.

Há uma longa etapa de progresso e reais avanços no sentido da compreensão do funcionamento da sociedade econômica. Do pensamento fisiocrático a Ricardo constrói-se o objeto, o método e as categorias centrais da economia política: a idéia de sociedade econômica; a idéia de que tal sociedade é regida por leis; que tais leis são cognoscíveis e que a observância de tais leis garante o progresso e a felicidade gerais; a idéia do excedente; da divisão do trabalho, do desenvolvimento das forças produtivas como fonte da riqueza; a teoria do valor-trabalho etc.

A maioria da Economia Política como ciência começou com a descoberta de que o funcionamento da sociedade econômica era regido por leis, sua estrutura era cognoscível e seu futuro previsível. Essa a grande contribuição dos fisiocratas.

Armados dos instrumentos que a filosofia do direito natural fornecia tinham construído o conceito de sociedade econômica e entendido sua anatomia como constituída de órgãos que permanentemente se relacionavam através da circulação do produto líquido, do excedente. Uma dupla descoberta, ao mesmo tempo a descoberta da fisiologia do organismo social, a sua constituição de finida pelas classes sociais e sua função no processo de produção e a descoberta da circulação do "sangue" do sistema econômico, do excedente. Vasálio e Harvey num mesmo e único processo.

As semelhanças com a medicina não param aqui. O maior nome da fisiocracia, Quesnay, é médico, e as semelhanças não são puramente ocasionais. A idéia que preside a pesquisa fisiocrata era a de que primeiro, existe uma ordem natural que rege o funcionamento da sociedade econômica; segundo, tal ordem natural é passível de ser conhecida; terceiro, que o conhecimento das leis de funcionamento da sociedade econômica é a condição para a eliminação do erro, do caótico, do anárquico; quarto, o erro e a anarquia são extirpáveis bastando para isso seguir os ordenamentos e princípios da ordem natural já descobertos.

É daqui que arranca a Economia Clássica Inglesa, Adam Smith vai identificar tal ordem natural com a mão invisível, a Providência que tudo vê e tudo canaliza para o bem estar coletivo.

Para tal era necessário que os homens tivessem liberdade para negociar, desenvolver suas atividades sem as peias e os condicionamentos do sistema mercantilista vigente. O laissez faire, laissez passer cristaliza aquele momento em que a burguesia emergente através de seus ideólogos declarava alto e bom som: "o vício privado é a virtude pública", o egoísmo de cada um devia ser deixado e incentivado porque dele dependia o bem-estar coletivo.

O liberalismo foi peça de ataque decisiva contra as muralhas feudais guarnecidas pelos privilégios mercantilistas, mas fundamentalmente, o liberalismo era parte de uma teoria que dizia ter descoberto o funcionamento da sociedade econômica e, que para a realização da felicidade coletiva era fundamental que as leis que regem a sociedade econômica tivessem plena vigência, sem sanções e bloqueios.

Para nossa argumentação é importante realçar esse caráter de independência das leis da vontade humana, na visão de Smith as leis econômicas gerais eram manifestação da harmonia e da evolução da natureza, que se impunham, aos homens como uma mágica presença dirigindo seus atos, seus esforços.

A visão de Ricardo vai perder muito da crença de Smith na Providência e em suas manifestações. As colocações de Ricardo se dirigem claramente no sentido de entender a sociedade econômica como constituída por classes sociais que travam relações entre si. Tais relações tendo como parâmetros "leis naturais" como a lei da fertilidade decrescente da terra, como a lei da população malthusiana.

A partir desses parâmetros Ricardo constrói então sua teoria dos lucros, dos salários, da renda da terra, dos preços, que serão em grande medida componentes de uma teoria da sociedade econômica capitalista em que as relações econômicas são vistas como relações sociais, como relações entre classes sociais, entre pessoas.

Essa a grande e irremovível contribuição de Ricardo. A teoria do valor de Marx, terá na teoria do valor de Ricardo fonte de idéias, matriz que será superada, mas que se incrustará como reluzente pedra na arquitetura marxista, a revelar a cada movimento dessa, sua luz radiosa, sua presença.

A reação a Ricardo o surgimento de movimento de repúdio e amesquinamento de seu sistema são comandados pela burguesia a partir de 1830 na Inglaterra. Concomitante é a crítica irracional

lista e decadente da filosofia de Hegel empreendida por Kierkegaard e Schopenhauer, o abandono das categorias centrais da filosofia burguesa (o humanismo, o historicismo e a Razão dialética). Por um lado, a herança de Ricardo é reivindicada pelos "socialistas ricardianos" (hodgskin como exemplo típico) que retomam e utilizam as idéias ricardianas para a luta contra o capitalismo; por outro lado, a esquerda hegeliana (Feurbach, o jovem Marx, Engels) fustigando vigorosamente a sociedade burguesa a partir do sistema hegeliano. À burguesia resta o recolhimento aos muros da reação, o expurgo de suas maiores conquistas teóricas (Hegel e Ricardo) como obsoletas e equívocas teorias.

Não resta dúvida que o móvel da reação do pensamento burguês é o acirramento da luta de classes e a fundamental superação dialética que o pensamento revolucionário submete à herança burguesa. Esta constatação por si só nos impele a ver no surgimento do pensamento "marginalista", "na revolução jevoniana" resposta e tentativa de invalidação dos supostos da economia política clássica e da crítica a ela, empreendida por Marx. Entretanto, esta colocação merece ser melhor qualificada. Se as obras chaves do sistema marginalista surgem em 1871-1874 (momentos críticos da dominação burguesa contestada pela experiência da Comuna de Paris 1871, e pela experiência da Primeira Internacional Comunista) os embriões desse sistema já existem desde a chamada etapa progressista do pensamento burguês. Desse modo torna-se difícil falar numa "revolução jevoniana" e muito mais ainda falar que tal "revolução" é a resposta burguesa à ascensão das lutas populares. Os traços marcantes do pensamento jevoniano já estavam lançados antes, num período em que a luta entre capital e trabalho não era de maneira alguma a principal, senão que a contradição fundamental para a burguesia eram as sobrevivências feudais, os privilégios da nobreza ainda vigentes.

Acreditamos que a maneira correta de entender o problema é entender a trajetória progressista burguesa como movimento contraditório no qual, embora a tendência geral tenha sentido do

progresso e da conquista do conhecimento, não está isento de momentos reacionários que colocam a cada passo os limites do pensamento burguês ao constituírem-se em peças de ataque, em obstáculos à continuidade de tradição progressista burguesa, antecipando os elementos fundamentais do pensamento reacionário da segunda metade do século XIX. Bukharin em seu livro Economia Política do Rentista destaca aspecto que contribui para nossa argumentação: "En la obra de Condillac, Le Commerce et le Gouvernement (1795), se encuentran ya esbozadas las ideas fundamentales de la futura teoría de la utilidad marginal. Condillac insiste mucho en el carácter "subjetivo" del valor; éste no radica, según Condillac, en la ley social del precio, sino en el juicio individual, basado por un lado en la utilidad y, por el otro, en la escasez".³² É decisiva a enorme semelhança entre as proposições de Condillac e as proposições da "revolução jevoniana".

Entretanto dizer que não há "revolução jevoniana" e que os traços do pensamento marginalista já vinham sendo desenvolvidos antes não significa dizer que o pensamento marginalista não tenha caráter político explícito e que não se proponha combater as proposições marxistas, conforme trecho de John Maurice Clark citado por Dobb "Las teorías marginales de la distribución se desarrollaron después de Marx; su preocupación por las doctrinas del socialismo marxista es tan notable como para sugerir que el desafío del marxismo como un estímulo para la búsqueda de explicaciones más satisfactorias. Ellas minan las bases de la doctrina de la plusvalía marxista basando el valor sobre la utilidad en lugar de fundamentarlo sobre el costo del trabajo y ofrecen un sustituto para todas las formas de doctrinas de la explotación, marxistas y demás, que es la teoría según la cual todos los factores de la producción... reciben retribuciones basadas sobre sus contri-

³² - BUKHARIN, Nicolau. La Economía Política del Rentista - trad. esp. Buenos Aires, 1974, p. 36.

buciones asignables al producto conjunto".³³ Também os austríacos, Bohm Bawerk em particular, se ocuparam enfaticamente com a teoria marxista, procurando negar-lhe significado em toda a linha. Hoje em dia a posição de Samuelson ao considerar Marx um ricardiano me nor não foge à regra.

II.1 - Contra a Existência de uma Revolução Marginalista: Marshall

Temos aliado inconveniente nesse rumo de negar o caráter "revolucionário" das idéias jevonianas. Alfred Marshall combate a idéia da existência de uma "revolução jevoniana" com grande ênfase. Insistirá Marshall que: 1º) não há "transformação radical nas formas do pensamento econômico" promovida por Jevons; 2º) existem vários antecedentes, autores, que vieram construindo o edifício da nova teoria econômica, como Cournot (1838), Dupuit (1844), Gossen (1854). A colocação de Marshall é no sentido de que, o que foi promovido foi uma "grande reforma", através da adoção de "linguagem semimatemática", nas palavras de Marshall: "Uma grande reforma se tem operado nas formas do pensamento econômico durante a geração presente, pela adoção geral de linguagem semimatemática para exprimir a relação entre pequenos aumentos de quantidade de uma mercadoria de um lado, e de outro pequenos aumentos no preço total pago por ela; e também pela formal compreensão destes pequenos aumentos de preço como medida de pequenos aumentos correspondentes de prazer". (...) "Jevons de repente deteve a opinião pública pela sua brilhante lucidez e pelo seu estilo interessante. Ele empregou a nova expressão utilidade final engenhosamente, de modo a habilitar mesmo pessoas que nada sabiam da ciência matemática e ter idéias claras das relações gerais entre as pequenas vari

³³ - CLARK, John Maurice. Citado por DOBB, Maurice. Teoria del Valor y de la distribución desde Adam Smith. Trad. esp. Buenos Aires, 1975, p. 185.

riações de duas coisas que se estão alterando gradualmente, uma em conexão com a outra. Seu sucesso foi ajudado até pelas suas faltas. Na convicção sincera em que estava de que Ricardo e seus sucessores, na exposição das causas que determinam o valor, erraram irremediavelmente, deixando de insistir sobre a lei da saciedade das necessidades, ele levou a muitos a pensar que havia corrigido grandes erros; embora, na realidade, apenas tivesse aduzido algumas explicações importantes".³⁴

Em sua tarefa de mostrar que não há mudança substantiva entre as colocações de Jevons e a de Ricardo, senão que aquela reforça aspectos que são compatíveis, e que foram notados sem maior realce pelo último, Marshall acaba por obscurecer a Ricardo descaracterizando traços essenciais de seu pensamento.

Uma reconhecida afirmação é aquela que relaciona a teoria da produtividade marginal de Wicksteed com a teoria da renda diferencial de Ricardo. Atribui-se a Ricardo a paternidade dessa "lei natural" dos rendimentos decrescentes que atuaria sobre os "fatores de produção".

³⁴ - MARSHALL, Alfred - Princípios de Economia - trad. port. Rio de Janeiro, 1946, p. 103.

Ora, essa é uma apropriação indébita da colocação de Ricardo e um filho que Ricardo certamente rejeitaria. A teoria da renda diferencial de Ricardo é realidade técnica (natural) que certamente inegável e absolutamente admissível como sendo manifestação do fato natural de que as terras têm fertilidades diferentes e que aplicadas as mesmas quantidades de trabalho e capital em lotes de terra de tamanhos iguais mas de diversas fertilidades, o rendimento da terra, a produtividade do trabalho nos vários lotes de terras será diferente, correspondendo maior produtividade à terra mais fértil.

Significa isso que à medida que a população cresce, que avança a acumulação de capital surge a necessidade de se lançar mão de terras de pior qualidade (menos férteis) e que tais terras para as mesmas quantidades de trabalho e capital tem rendimento menor. Este é um fato técnico, agronomicamente determinável e sem qualquer intuito de fundar uma teoria da produtividade em geral, como o fazem os teóricos marginalistas dizendo estarem simplesmente desenvolvendo as idéias ricardianas.

Em sua tarefa de mostrar o caráter evolutivo-linear do pensamento econômico Marshall dedica apêndice de seus famosos Princípios... ao estudo da teoria do valor de Ricardo. Começa por dizer que na verdade "Ricardo não utilizou a expressão utilidade total e marginal porque não conhecia o cálculo diferencial"³⁵ e que se "queremos compreendê-lo exatamente, devemos interpretá-lo generosamente (Grifo nosso), com mais largueza de espírito do que ele próprio interpretou Adam Smith".³⁶

³⁵ - MARSHALL, Alfred. op. cit. p.731.

³⁶ - MARSHALL, Alfred. op. cit. p.730.

Se é nosso propósito entender o verdadeiro significado da obra de Ricardo precisamos então afastar toda a generosidade de Marshall porque senão corremos o risco de sermos demasiadamente cruéis com Ricardo.

Em outro momento Marshall vislumbra em Ricardo idéia que antecederia as idéias de Senior, Jevons e as suas próprias a respeito do papel da abstinência, do sacrifício, da espera sobre os lucros. Diz Marshall: "e por último na secção V, ele resume a influência que as inversões de diferentes durações, quer diretas quer indiretas, terão sobre os valores relativos, afirmando com razão que, se todos os salários sobem ou caem juntos, a alteração não terá efeito permanente nos valores relativos das diferentes mercadorias. Mas sustenta que, se a taxa de lucros baixa, fará baixar os valores relativos das mercadorias cuja produção requer um capital a ser invertido bastante tempo antes que elas possam ser entregues ao mercado. Pois, se num caso a inversão média é por um ano e requer a adição de dez por cento à folha dos salários, a título de lucros, e noutro é por dois anos e exige vinte por cento, acontecerá então que uma baixa de um quinto nos lucros, reduzirá a adição no último caso de 20 para 16 e no primeiro de 10 para 8. (Se os custos em trabalho direto são iguais, a relação entre os seus valores antes da alteração será 120/110 ou 1,091; e depois da alteração 116/108 ou 1,074, uma queda aproximada de 2%). Seu raciocínio é, manifestamente, apenas provisório. Nos últimos capítulos, ele leva em conta outras causas de diferenças nos lucros de diferentes negócios, além do prazo da inversão. Parece difícil imaginar como poderia por em relevo mais vigorosamente o fato de que o Tempo ou a Espera, tanto quanto o Trabalho, é um elemento do custo de produção, só que ocupando com este estudo o seu primeiro capítulo. Lamentavelmente, todavia, ele se limitou a poucas frases, pensando que seus leitores supririam sempre por si os desenvolvimentos que apenas lhes sugeriu".³⁷

Marshall no trecho citado parece atribuir a Ricardo, se bem que para ele Ricardo não tenha considerado a questão com a atenção que merecia, a paternidade da idéia de Jevons que seria retomada posteriormente por Bohm-Bawerk sobre o "período de produção", ou seja, que o juro é remuneração da produtividade do trabalho resultante do prolongamento do período de produção. Nas palavras de Dobb: "el concepto de un período de producción como la esencia del capital, subrayaba la productividad potencialmente mejorada del trabajo cuando se asocia con procesos de producción más "prolongados" o "más indirectos", la tasa de interés estaría derivada de la productividad adicional resultante de la prolongación de este período".³⁸ Entretanto, é interessante notar sobre isto a posição de Sraffa que retoma em grande parte as preocupações ricardianas desenvolvendo-as e solucionando-as. Para Ricardo o problema do tempo teria estatuto teórico enquanto impedindo a comparação de quantidades de trabalho de épocas diferentes, ou seja, enquanto perturbando "a medida invariável do valor", grande meta teórica de Ricardo. Sraffa introduz em seu livro a idéia de "quantidades de trabalho datadas" que é peça na estrutura de seu livro visando a crítica do conceito de "período de produção" tal como concebido por Bohm-Bawerk e Wicksell. Diz Sraffa:

(La reducción a términos de trabajo fechados tiene algún alcance en relación con los intentos que se han hecho de encontrar en el "período de producción" una medida independiente de la cantidad de capital que pudiera ser utilizada sin incurrir en un argumento circular para determinar los precios y las participaciones en la distribución. Pero el caso que acabamos de considerar parece demostrar de modo concluyente la imposibilidad de agregar los "períodos" correspondientes a las diferentes cantidades de trabajo en una sola magnitud que pudiera ser considerada como represen

³⁸ - DOBB, Maurice, idem p. 217.

tativa de la cántidad de capital. Las inver viones en la dirección del movimiento de los precios relativos, frente a los métodos no va riados de producción, no pueden ser reconciliadas con ninguna noción de capital como una cantidad mensurable independiente de la distribución y de los precios.).³⁹

Ou seja, é exatamente para refutar a Bohm-Bawerk e seu conceito de "período de produção" que Sraffa retoma o conceito de tempo de Ricardo.

Chegamos então ao miolo da argumentação de Marshall. No parágrafo 3º de seu apêndice ele diz que tanto Ricardo quanto Jevons estavam errados e ambos estavam certos, e (pensa, mas não diz) que mais certo que os dois estava ele próprio, Marshall, na medida que conciliava as duas idéias. Assim ele diz que Jevons errou ao dizer que "o valor depende inteiramente da utilidade"; Ricardo errou ao fazer depender o valor somente do custo de produção. Marshall sintetiza assim a sua conciliação: "O 'princípio do custo de produção' e o da 'utilidade final' são indubitavelmente partes integrantes de uma lei geral da oferta e da procura comparando-se cada um deles a uma das lâminas de uma tesoura. Quando uma lâmina se mantém parada, e o corte é efetuado pelo movimento da outra, podemos dizer com uma brevidade pouco exata, de que o corte foi feito pela segunda; mas a observação não pode ser feita de modo formal nem defendida de ânimo deliberado".⁴⁰

A lâmina da oferta é regida pelo "princípio do custo de produção", a lâmina da demanda pela lei da "utilidade marginal". Na versão marshalliana do custo real, as determinações objetivas dadas por quantidades de trabalho, são substituídas por avaliações subjetivas do desprazer que causa o trabalho (desutilidade), o sacrifício que implica a abstinência do capitalista (espera) e

³⁹ - SRAFFA, Piero. Producción de Mercancias por Médio de Mercancias. Trad. esp. Barcelona. 1966.

⁴⁰ - MARSHALL, Alfred. op. cit. p.737.

a temeridade que cerca a atividade empresarial (risco) são todas considerações dos agentes econômicos que determinam o custo real que agora é transformado em "custo real subjetivo". Dobb em seu livro Uma Introdução à Economia cita trecho de Marshall onde é claro o seu conceito de custo real de produção: "'O esforço das diversas classes de trabalho que estão direta ou indiretamente envolvidas na sua produção, junto com a abstinência, ou antes com as esperas necessárias para economizar o capital utilizado na sua produção, todos estes esforços e sacrifícios conjuntos serão chamados custo real de produção das mercadorias. A soma de dinheiro que se deve pagar por estes esforços e sacrifícios chamar-se-á - ou o custo de produção em dinheiro, ou gastos de produção; são estes os preços que se tem de pagar para obter uma oferta adequada de esforços e esperas necessários para produzir a mercadoria, - ou, por outras palavras, são o seu preço de oferta'".⁴¹

Finalmente, Marshall encerra seu apêndice sobre a teoria do valor de Ricardo dizendo que os críticos de Ricardo acreditavam ter descoberto uma nova teoria do valor e que demoliram o edifício clássico. Marshall olha com superioridade os críticos de Ricardo como também a este e diz que em lugar de demolição houve "simples desenvolvimento ou extensão da velha doutrina".⁴²

Depois da leitura "generosa" de Marshall, resta-nos tentar reconstruir o sistema ricardiano, arrasado com tal leitura, e afastarmo-nos desse aliado inconveniente. Não há "revolução jevoniana", no sentido de mudança total e descontinua tal como afirma Schumpeter, insistimos, mas para mostrar isso, não é necessário descaracterizar Ricardo como faz Marshall.

⁴¹ - MARSHALL, Alfred. Citado por Dobb, Maurice. Uma Introdução à Economia. Trad. port. Lisboa. S/D. p.65.

⁴² - MARSHALL, Alfred. op. cit. p.738.

II.2 - A Posição de Meek

A posição de Meek em "A Revolução Marginal e suas consequências" é de negar a existência da "revolução jevoniana". Crucial para o argumento de Meek é o entendimento da obra de John Stuart Mill como repositório inesgotável de ecletismo que, mesmo pretendendo defender o sistema ricardiano, mesmo se considerando um legítimo ricardiano, adota muitas das críticas que foram feitas a Ricardo a partir dos anos 30. Seu livro escrito em 1848 é curiosa combinação de diversas influências, chegando mesmo a admitir a suprema heresia para um adepto do "laissez faire" como Mill, que é o "protecionismo para a indústria nascente", que é influência das posições de List.

Assim, ao analisarmos a obra de Mill, encontramos traços nítidos das posições que mais tarde viriam a ser características marcantes do marginalismo. As semelhanças entre os papéis desempenhados por Marshall e Mill contra os opositores de Ricardo é singular. Diz Meek: "Mill's role in relation to the opponents of Ricardo was actually very similar to Marshall's role in relation to the opponents of Mill half a century later. From the point of view of the development of economic thought, the real significance of Mill's system lay in the extent to which the ideas of Ricardo's opponents were in fact absorbed into it, thereby clearing the path for subsequent development of these ideas".⁴³ A absorção de grande parte das críticas que eram feitas a Ricardo faz do sistema de Mill antesala da dominação marginalista. Diz Meek: "To begin with, Mill (1848, p. 290 of 1868 edn) insists in the first of the propositions constituting his 'summary of the theory of value' that 'value is a relative term", thus implicitly ac

⁴³ - MEEK, Ronald. "The Marginal Revolution and its Aftermath" in A Critique of Economic Theory. (org.). Hunt e Schwartz. Penguin. p.84.

knowledging the correctness of Bailey's criticism of Ricardo's concept of absolute value. Then again, although his own theory of value cannot properly be described as a supply and demand theory. Mill did on occasion use expressions which suggested that 'the law of demand and supply' was in fact (as he put it in one place) 'a law of value anterior to cost of production, and more fundamental' (Mill, 1848, p. 345 of 1868 edn).⁴⁴

As críticas a Ricardo, que Dobb chama de "reação a Ricardo" tornam-se freqüentes e incisivas nos anos 30. Há um "declínio da economia ricardiana" na Inglaterra. A burguesia tenta a todo custo livrar-se do fantasma incômodo em que a obra de Ricardo se converteu nas mãos de Hodgskin, William Thompson e outros "socialistas ricardianos". Autores como Bailey, Senior, Samuel Read, Longfield que assustados diante do uso que Hodgskin e outros autores ditos "socialistas ricardianos" faziam das idéias ricardianas, apregoavam "que o socialmente perigoso não podia, em hipótese alguma, ser verdadeiro", atacando as proposições ricardianas como errôneas e equívocas manifestações de uma ciência ainda não de todo desenvolvida.

É sem dúvida, curiosa a semelhança da postura de Marshall e Mill. Os dois são defensores de Ricardo, os dois surgem para mostrar o quanto de desconsideração e injustiça havia nas críticas a Ricardo, os dois ao defenderem Ricardo ameaçam o sistema ricardiano como seus críticos não foram capazes.

⁴⁴ - MEEK, Ronald. op. cit. p.85.

III - UTILIDADE MARGINAL: DO ENTUSIASMO AO REPÚDIO

III.1 - Introdução

Entretanto, a teoria do valor utilidade não era nau se gura. Ondas imensas ameaçavam-na, a própria tripulação rebelava-se. Marshall em várias ocasiões critica o conteúdo hedonístico da noção de utilidade.⁴⁵ Schumpeter também abomina o ranço hedonístico da noção de utilidade chegando mesmo a dizer que tal noção não guarda qualquer relação com os postulados hedonistas, apesar de ter dito em outro trecho que Jevons, como Gossen eram discípulos de utilitarismo de Bentham.⁴⁶

As críticas à teoria da utilidade se sucediam. Como so mar utilidades, como medi-las, que unidade usar? Pouco a pouco as tentativas de superar os escolhos que representam as críticas ao núcleo mesmo da teoria marginalista se encaminharam no sentido de negar a própria palavra utilidade. Schumpeter diz que tal idéia não é fundamental para a construção do sistema insuperável de Walras.⁴⁷ Pareto liquida-a definitivamente ao usar as curvas de indiferença de Edgeworth. Tal idéia, segundo Pareto, substitui com grande vantagem a utilidade sem se prender aos problemas que o ranço hedonista que recobre a palavra traz. Trata-se na ver são de Pareto da substituição da teoria da utilidade marginal pe la "lógica da escolha racional", o abandono das curvas de utilidade e sua substituição pelas curvas de indiferença.

Esse ardil entretanto não é isento de implicações fundas sobre o sistema marginalista.

⁴⁵ - MARSHALL, Alfred - op. cit., p. 103.

⁴⁶ - SCHUMPETER, Joseph - op. cit., pp. 328-329.

⁴⁷ - SCHUMPETER, Joseph - op. cit., p. 197.

Abandonar o conceito, a palavra utilidade significa abandonar o grande princípio unificador de que nos fala Schumpeter, que permite tratar os problemas da economia, da produção e da distribuição.

Dobb em seu livro Uma Introdução à Economia reforça ainda esse aspecto crucial da importância da teoria do valor utilidade para a teoria da produção marginalista: "Custo é apenas a outra face do escudo da utilidade: compõe-se unicamente das utilidades de que nos privamos ao adotar certo modo de ação. O economista norte-americano Davenport analisou todo o custo como custo de oportunidade. Cassel fala de princípio de escassez como base comum para as recompensas de todos os fatores de produção, ao passo que, na Inglaterra, Wicksteed dedica muitas páginas ao enunci- ar a sua tese de que a teoria ricardiana da renda era apenas um caso especial da mais ampla teoria da produtividade marginal, e que o que pode dizer-se em relação à terra pode dizer-se, igualmente, com os mesmos pressupostos, a respeito de qualquer dos outros fatores de produção".⁴⁸

Mesmo Walras não descarta a utilidade, continuando a considerá-la fundamental para seu sistema, conforme se pode ver na citação que nos apresenta Dobb: "En un último análisis, las curvas de utilidad y las cantidades poseídas constituyen los datos necesarios y suficientes para establecer los precios corrientes e de equilibrio" (...) "El valor proviene de la escasez".⁴⁹

Beluzzo sintetiza com argúcia as verdadeiras implicações do abandono da teoria do valor utilidade: "A nível de "equilíbrio parcial" é possível reivindicar a inexistência da "feed-back" significativo que comprometa o movimento unidirecional no processo de formação dos preços - desde os bens finais aos preços dos serviços produtivos. A cláusula "coeteris paribus" garan

⁴⁸ - DOBB, Maurice - Uma Introdução à Economia - idem, p. 68.

⁴⁹ - DOBB, Maurice - Teorias del Valor... - idem, p. 223.

te provisoriamente a coerência do raciocínio. Infelizmente, no plano "macroeconômico" não nos pode acudir semelhante restrição. Como assinala Dobb, "a estrutura da demanda global, apenas pode ser derivada dos desejos ou preferências dos consumidores, se admitirmos que estes indivíduos dispõem de uma dada renda monetária. Por conseguinte, uma prévia distribuição de renda está implícita no processo geral de formação de preços, como um dos elementos determinantes da estrutura da demanda, da qual são derivados todos os preços (inclusive dos fatores de produção). Em outras palavras, a teoria da distribuição, se concebida como uma teoria da demanda derivada, não pode ser independente da própria distribuição de renda como premissa essencial.

O argumento poderia ser recusado, sob a alegação de que num modelo de equilíbrio geral, de tipo walrasiano, não há por que introduzir a idéia de causalidade, estranha a um processo de determinação simultânea dos valores. E que, a "causa" do valor não pode ser atribuída, simplesmente, à utilidade marginal, ou a um outro fator qualquer, mas, simultaneamente, a todas as condições necessárias para que o sistema econômico esteja em equilíbrio. Essa é, a verdade, a formulação mais radical da teoria do equilíbrio geral e envolve a rejeição da idéia de valor, pelo menos em sua acepção tradicional. Pareto, acusando a concessão de Walras ao princípio causalista ("a escassez é certamente a causa do valor de troca"), afirma enfaticamente "o valor não possui uma só causa, mas inúmeras, e que cada teoria que pretenda dar uma só causa ao valor é completamente falsa".

Mas, a solução do problema, nestes termos, além de meramente formal, conduz a teoria ao beco sem saída da indeterminação lógica. Ou, por outra, a idéia de interdependência, se reduzida à sua expressão meramente formal e despojada do "princípio unificador", representado pelo conceito de valor, converte-se numa tautologia. O mais grave, porém, nesta formulação extremada e abstrata de interdependência, é que o princípio de que

"tudo explica tudo", coloca em risco a própria possibilidade teórica do equilíbrio. Isto é, uma vez eliminadas as hipóteses acerca do comportamento maximizador dos indivíduos, ficam, automaticamente, suprimidos os mecanismos que explicam a obtenção do equilíbrio. Em suma, ou o equilíbrio já está posto como um Deus ex-machina", ou não há como explicar a forma pela qual se chegou a ele".⁵⁰

Num outro nível argumenta a senhora Robinson quanto à impossibilidade lógica de se desfazer do conceito de utilidade. Segundo ela por trás da idéia de preferência está lógica e irremovivelmente o conceito utilidade. Diz ela:

"É o desejo, e não a satisfação, que é medido pelo preço, mas, apesar disso, a idéia da satisfação não pode ser afastada. A utilidade é uma Coisa Boa; o fim e o propósito da vida econômica é obter tanto quanto possível dela. E, disposta num diagrama, parece-se a uma quantidade mensurável.

Antes de ir mais longe, temos de observar tristemente que todos os refinamentos modernos deste conceito não o libertaram da metafísica. Dizem-nos, hoje em dia, desde a utilidade não pode ser medida, não é um conceito operacional e que "preferência revelada" devia ser posta no seu lugar. O comportamento observado do mercado revela o que o indivíduo escolhe. A preferência é o que, sob discussão, prefere; não há juízo de valor envolvido. Apesar disso, à medida que o argumento se desenrola, torna-se claro que uma coisa Boa para o indivíduo é o que ele prefere. Isto, pode ser afirmado, não é uma questão de satisfação, mas sim de liberdade - queremos que ele tenha o que prefere, para evitar ter de restringir o seu comportamento.

⁵⁰ - BELUZZO, Luiz Gonzaga - op. cit., pp. 91, 92 e 93.

Mas os toxicômanos devem ser curados; as crianças devem ir à escola. Como decidir que preferências devem ser respeitadas e que restrições impostas, se não sabemos como julgar as próprias preferências?

É-nos impossível usar da violência para as nossas próprias naturezas, para restringir o julgamento dos valores.

Além de tudo o mais, não é verdade que o comportamento do mercado pode revelar preferências. Não se trata apenas do fato de que o ensaio de oferecer ao indivíduo montes de mercadorias alternativas, ou de lhe aterar o seu rendimento só para ver o que ele compra não poderia jamais ser posto em prática. A objeção é lógica, não apenas prática".⁵¹

Desse modo a convivência com a teoria do valor utilidade é estigma incômodo e inconveniente. A sua ausência entretanto teria efeito destrutivo ainda maior. Abandonar a teoria do valor utilidade significa abrir mão do princípio unificador e única condição (mesmo que incoerente a falha) de sustentação para a teoria marginalista. Uma teoria sem determinações lógicas, em que tudo explica tudo, corre o risco de explicar nada, logicamente, se esse é o problema.

III.2 - Contra a Utilidade Marginal: Cassel

Dentre os autores marginalistas Gustav Cassel ocupa lugar destacado. Suas contribuições para a teoria monetária e dos juros são festejados por Schumpeter como meritórias. Foi também homem prático dedicando-se antes e depois da primeira Guerra Mundial aos problemas da política monetária.

⁵¹ - ROBINSON, Joan - Filosofia Econômica - Trad. Port. Rio de Janeiro, 1964, p. 51.

Entretanto, aspecto do pensamento de Cassel que gostaríamos de tocar é o que diz respeito à sua posição diante da teoria do valor. É pretensão de Cassel estabelecer o sistema de equilíbrio walrasiano, sem utilizar o conceito de utilidade. Nesse sentido a posição de Cassel é antecedente das colocações da senhora Joan Robinson que identifica o conceito de valor a um in desejável ranço metafísico de que padeceria o pensamento econômico. A pretensão de Joan Robinson inscreve-se nitidamente no terreno do positivismo lógico e o exame das preocupações de Cassel com o tema, certamente, revelarão semelhanças de perspectivas.

Para Cassel o esforço teórico realmente relevante deveria se dirigir para a elaboração de uma teoria dos preços independente e mesmo prescindindo de uma teoria do valor. Nas palavras de Cassel:

En cierto sentido puedo afirmar que toda mi obra científica a partir de entonces se ha consagrado a edificar directamente una teoría del precio sin el uso de una teoría aparte del valor, y a elaborar las consecuencias de semejante modo de echar las bases de la teoría económica.⁵²

Essa repulsa à teoria do valor tem uma raiz filosófica em que certamente o positivismo é soberano. Mas, acreditamos que a razão fundamental para a recusa de Cassel em aceitar o conceito de "valor" é outra. A razão fundamental acreditamos, encontra-se na tentativa de Cassel ao repudiar a teoria do valor, repudiar com ela os escolhos e problemas que a crítica à teoria do valor subjetivo tinha granjeado. Ou seja, ao dizer que verdada

⁵² - CASSEL, Gustav. Pensamientos Fundamentales en la Economia. Trad. esp. 3ª edição. México 1947, p. 49.

deira ciência econômica prescinde da teoria do valor, Cassel não está mais que tentando salvar os dedos já que os anéis do valor subjetivo eram desagradáveis e criavam fragilidade a mais para a teoria marginalista.

Assim é com ênfase que Cassel critica a teoria do valor subjetivo dizendo da dificuldade de se encontrar uma unidade de medida para a utilidade. A crítica de Cassel estará centrada em torno à dificuldade da medida da utilidade. com isso Cassel assume as críticas internas que se faziam à teoria do valor subjetivo e tenta, num supremo esforço, eliminar os problemas da teoria marginalista dizendo que tal teoria prescinde de uma teoria do valor, que a teoria dos preços estava ao alcance da mão. sem necessitar qualquer veleidade metafísica como a de pensar no problema do valor:

Quando apareció la llamada teoría subjetiva del valor y proclamó que el valor tiene su fundamento en los deseos humanos, ya no pudo posponerse por más tiempo la necesidad de conceptos cuantitativos definidos. Se introdujo la utilidad como concepto cuantitativo fundamental, y se representaron en cifras y diagramas los grados de utilidad. Aun cuando todo el cuerpo de la teoría económica tenía que edificarse sobre tales fundamentos, se atendió poco en general a la necesidad de unidades definidas de medición para las diferentes cantidades que ahora se introducían en la ciencia económica.

En las matemáticas superiores modernas la base aritmética de la serie elemental de los números enteros se considera cosa muy esencial. La economía no puede prescindir de un cuidado correspondiente al definir las unidades en que se propone medir las cantidades que examina. Cualquier vaguedad en este punto fundamental causará gran incertidumbre en la interpretación de los resultados a que ha llegado la teoría. Si, por ejemplo, una investigación teórica demuestra que bajo determinadas circunstancias se alcanza un máximo de utilidad, el significado de este resultado depende esencialmente del modo como haya de medirse la utilidad. El concepto del precio es a este respecto muy superior al

al concepto del valor. Porque el precio se mide en unidades monetarias y puede representar se simple en cifras definidas. Este hecho da a la teoría toda del precio una claridad y una definición que la hace adecuada tanto como introducción elemental cuanto como fundamento último del cuerpo todo de la teoría económica.⁵³

- É nítida no trecho a preocupação de Cassel em afastar do marginalismo a sempre repetida crítica da impossibilidade da medida da utilidade, dos problemas que a não existência de unidade de medida acarreta para uma teoria que se propõe exata e rigorosa. Para tanto a solução de Cassel é dizer absolutamente inútil qualquer preocupação com a teoria do valor para se constituir a teoria dos preços.

Então, no esforço de constituir uma teoria dos preços o valor subjetivo é inútil, e mais que isso é equivocado segundo Cassel:

La escuela del valor subjetivo alaba con particular énfasis la importancia de este descubrimiento. En los empeños de esta escuela por hacer de la utilidad el fundamento del valor, halló necesario introducir el concepto de la "utilidad marginal" en contraste con la "utilidad total", porque sólo esta utilidad marginal correspondería al "valor en el cambio". Pero la gran importancia que se ha atribuido a este concepto de la utilidad marginal fué en gran parte artificial y dependió en mucho del contraste en que se le colocaba con respecto a la "utilidad total", concepto enteramente metafísico sin interés alguno para una teoría simple y directa del precio. Cuando la misma escuela se atrevió a declarar que la utilidad marginal era el fundamento real y último del valor de cambio, perdió contacto tanto con la realidad cuanto con la lógica.⁵⁴

53 - CASSEL, Gustav. op. cit. pp. 51-52.

54 - CASSEL, Gustav. op. cit. pp. 70-71.

Cassel empreende popularização da teoria Walrasiana, se bem que curiosamente não cite Walras, omitindo o conceito de utilidade. Essa filiação Walrasiana o leva a condenar enfaticamente o causalismo das posições, como a do valor-trabalho que querem estabelecer relações de causalidade na determinação dos preços.

Diz Cassel:

"Los economistas modernos han señalado que todas las incógnitas del problema del precio se gobiernan mutuamente entre sí. Esta observación ha sido útil al propósito de desvanecer el error de aquellas escuelas que han atribuído la influencia determinante en el problema del precio a un o otro grupo de incógnitas del problema. Pero hemos de cuidar de que el nuevo concepto de una interdependencia mutua no nos lleve a nuevas incomprensiones. No puede decirse en un sentido real que las incógnitas del problema se gobiernen una a la otra. Ninguna de ellas goza de suficiente independencia para tener tal influencia. En realidad todas se rigen y determinam simultáneamente por aquellos elementos del problema que hemos caracterizado como elementales y que hemos tomado como dados.⁵⁵"

A investida contra a teoria do valor trabalho era inevitável. A primeira agressão é acusá-la de futilidade:

Así, pues, la razón fundamental por la que un factor elemental de producción debe tener un precio, es que de otro modo la demanda indirecta de su consumo rebasaría la oferta. Esta afirmación prueba del modo más simple y concluyente la futilidad de una teoría del valor fundada en el trabajo, de acuerdo con la cual el valor de un producto se determinaría únicamente en función del trabajo que ha costado producir-lo.⁵⁶"

⁵⁵ - CASSEL, Gustav. op. cit., p. 104.

⁵⁶ - CASSEL, Gustav. op. cit., p. 108.

A crítica à Ricardo não se faz esperar:

Fu Ricardo el primero en realizar un esfuerzo comprensivo por construir una teora general de los precios. Cuando llega a contestar la cuestin de lo que determina los precios en ltima instancia y a la larga, adopta una teora del costo de produccin. Pero una teora que refiere los precios de las mercancas a los costos de produccin, tiene que afrontar al final la cuestin de cmo se fijan entonces los precios de los factores elementales de la produccin en relacin uno con otro. Por estos factores falla la explicacin del costo de produccin y, en consecuencia, es lgicamente imposible una teora slida de precios en funcin del costo de produccin, a excepcin del caso en que hay un solo factor de produccin⁵⁷

Finalmente, toda a visceral oposio a Ricardo revela seu verdadeiro propsito. Para Cassel a teoria do valor trabalho de Ricardo a pedra angular do socialismo moderno. O trecho de Cassel das mais cristalinas demonstraes de propsitos do pensamento burgus marginalista. Abomina-se a teoria do valor trabalho porque lhe parece seja ela o ncleo da doutrina socialista moderna. Elementa-se Cassel do mal que as simplificaes e deturpaes do pensamento de Ricardo provocaram:

El razonamiento es lgico, pero un tanto abstracto, y ha causado inmenso dao al ser interpretado errneamente. En particular, la teora del valor fundada en el trabajo, que ha llegado a ser la piedra angular del socialismo moderno, (grifo nosso) es, como he demostrado, resultado directo de las interpretaciones errneas que se han dado a la doctrina de Ricardo. Las simplificaciones que sirven de base a la teora de Ricardo son tan violentas, que la teora tiene que resultar incapaz de ofrecer una representacin justa de lo que realmente ocurre en el proceso de la fijacin de los precios. Lo peor es que la teora de Ricardo no

puede mejorarse ni desarrollarse más que modificando sus simplificaciones fundamentales⁵⁸

Mas se for somente essa, a causa da rejeição do pensamento marginalista ao economista burguês mais ilustre, desde muito já poderia ter havido a reconciliação. Desde 1882, comentando o tratado de Adolfo Wagner, Marx havia deixado claro a sua posição com relação a sua teoria do valor, como "pedra angular de seu sistema socialista." Diz Marx:

Según el señor Wagner, la teoría del valor de Marx es "la piedra angular de su sistema socialista" (p. 45). Como yo no he construido jamás un "sistema socialista", trátase evidentemente de una fantasía de los Wagner, Schäffle e tutti quanti⁵⁹

Cassel ao apoiar-se em Wagner continua a confundir e cometer os mesmos erros de julgamento. A rejeição de Cassel à teoria dos custos como fundamento dos preços é certamente uma reprodução do argumento de Wagner e aqui também vale a pena citar Marx para desfazer as dúvidas, e definitivamente mostrar as diferenças entre Ricardo e Marx.

Cuando el señor Wagner dice que ésta no es "una teoría general del valor", tiene mucha razón desde su punto de vista, ya que para él formular una teoría general del valor significa hacer elucubraciones en torno a la palabra "valor", lo que le permite además acoplarse al confucionismo profesoral, tradicional en los alemanes, que involucra el "valor de uso" y el "valor", ya que ambos conceptos tienen de común esta palabra. Pero cuando dice que se trata de una "teoría del costo", incurre o en una redundancia o en una falsedad. En una redundancia,

58 - CASSEL, Gustav. op. cit. pp. 111.

59 - MARX, Karl. "Glosas Marginales al 'Tratado de Economía Política' de Adolfo Wagner" in El Capital. Vol. I. trad. esp. 8ª edição. México. 1973. p. 713.

porque las mercancías, en la medida en que son valores (es decir), en que representan solamente algo social, trabajo humano, y en la medida en que la magnitud de valor, de una mercancía, se determina, según mi punto de vista, por la cantidad de tiempo de trabajo que encierra, etc., o sea por la masa normal de trabajo que cuesta producir un objeto, etc., y el señor Wagner prueba lo contrario, al asegurarnos que esta etc. teoría de valor no es "la general" porque no responde al parecer del señor Wagner acerca de la "teoría general del valor". Una falsedad: Ricardo (según Smith) confunde el valor y el costo de producción; en mi Contribución a la Crítica de la Economía Política en las notas a El Capital, he hecho ya notar de manera expresa que los valores y los precios de producción (los cuales no hacen sino expresar en dinero los costos de producción) no coinciden. Por qué no? Esto no se lo he dicho al señor Wagner.

Además, dice que "procedo arbitrariamente", porque "sólo reduzco estos costos a la llamada prestación de trabajo, en su sentido más estricto. Esto presupone siempre una prueba que hasta ahora nadie ha aportado, a saber: la de que el proceso de producción puede desarrollarse sin la mediación de esa actividad de los capitalistas privados que crea e invierte el capital" (p. 45).⁶⁰

⁶⁰ - MARX, Karl, idem - p. 714.

III.3 - A Posição de Hicks

Em 1939, John Hicks publicou Value and Capital, obra decisiva na virada que o pensamento econômico marginalista daria nesse século. Em sua introdução, Hicks confessa a influência que a Teoria Geral de Keynes havia exercido sobre seu pensamento e diz ter incorporado nos capítulos finais do Value and Capital algumas idéias fundamentais de Keynes.

Essa investida no sentido de absorver o pensamento de Keynes, fazer dele um caso especial perfeitamente compatível com o arcabouço teórico marginalista teve como consequência a domesticação, a pasteurização do pensamento Keynesiano, a eliminação de todos os aspectos desconsoladamente críticos com relação ao capitalismo e ao sistema marginalista, presentes na Teoria Geral. Aplainam-se as arestas, arredondam o Keynes, tornando-o indistinguível em meio ao marginalismo como nos manuais à la Ackley, Samuelson...

Hicks é representante destacado dessa escola que teria como máxima "quando não se pode vencer o inimigo, alie-se a ele" e, completamos nós, "destrua-o de dentro". Também com relação à teoria do valor-utilidade a posição de Hicks é destacada.

Em sua introdução, Hicks deixa clara sua intenção ao dizer que seu livro se ocupa de coisas novas, se bem que contraditoriamente diga também que sua obra é uma continuação das obras de Walras - Pareto - Wicksell, sendo que os grandes aperfeiçoamentos que procederá, serão frutos do maior domínio dos instrumentos matemáticos inexistentes à época que Pareto-Wicksell escreveram seus livros.

No capítulo Utilidade e Preferência, Hicks desenvolve os aperfeiçoamentos que procedeu com relação à teoria do valor de Pareto e é sobre este capítulo que nossa atenção centrar-se-á aqui.

A análise de Hicks tem na crítica à posição de Marshall sobre o valor-utilidade o seu marco inicial. Perguntando que utilidade é essa que o consumidor eleva ao máximo, e qual é a base exata das leis da utilidade marginal decrescente, sobre as quais Marshall nada diz, Hicks remete a análise a Pareto, dizendo que é ele quem responde a tais questões.

Ao mesmo tempo, surge em meio às inúmeras "revoluções" teóricas de que se invocam para a história do pensamento marginalista mais uma, a de Pareto. É de revolução que Hicks denomina a versão de Pareto para a teoria do valor:

Pareto arrancó en un principio de la misma teoría de la utilidad que Marshall, y hubiera podido aceptar en la primera etapa del desarrollo de sus ideas el argumento que hemos resumido aquí. Pero en lugar de proseguir, como hizo Marshall, fijándose en la demanda de una sola mercancía (investigando así la relación entre la curva de la utilidad marginal decreciente y la de la demanda), Pareto volvió la atención al problema de las mercancías relacionadas - - complementarias y competidoras -. Amplió al hacerlo su análisis primitivo; mejor dicho, hizo una cosa que empezó como ampliación y terminó en una revolución⁶¹

A introdução das curvas de "indiferença" de Edgeworth desviou Pareto do caminho de Marshall, eliminando assim, a suposição implícita da utilidade marginal. A superioridade das "curvas de indiferença" com relação às idéias de Marshall, é assim destacada por Hicks:

Así, el pequeño ejercicio geométrico de Pareto llevó a una conclusión de gran importancia metodológica. En cualquier teoría del valor, es preciso poder definir qué entendemos exactamente por un consumidor con "determinadas necesidades", o "determinados gustos". En la teoría

⁶¹ - HICKS, John. Valor y Capital. Trad. esp. México. 1945. p. 5.

de Marshall (como en la de Jevons, Walras y los austríacos) "determinadas necesidades" se interpreta en el sentido de una determinada función de utilidad, una determinada intensidad de deseo de un conjunto cualquiera de mercancías. Este supuesto ha parecido inapropiado a mucha gente, y de la obra de Pareto se desprende que no es; ni mucho menos, indispensable. Es perfectamente legítimo definir el concepto de "determinadas necesidades" como una escala de preferencias dada; sólo necesitamos suponer que el consumidor prefiere un conjunto de mercancías a otro, sin que tenga sentido decir que desea el primer conjunto de mercancías 5% más que el otro, ni nada que se le parezca.⁶²

Então, o problema central que a introdução das curvas de indiferença procuram afastar é o das medidas da utilidade. Ou seja, com as curvas de indiferença perde o sentido perguntar-se sobre a intensidade da utilidade, problemas recorrentemente levantados e que vinham há tempos aborrecendo os obstinados formalistas do marginalismo.

Mas é inegável também que a introdução das curvas de indiferença é artifício lógico que não altera substancialmente o facto de que por trás do mapa de indiferença do aparente rigor matemático da demonstração, encontra-se o psicologismo da noção de utilidade, o hedonismo utilitarista, enfim, as velhas e inexpugnáveis idéias do "cálculo do prazer e da dor", da utilidade marginal decrescente, enfim, todo arcabouço da chamada "revolução da teoria do valor" de que nos fala Schumpeter.

Hicks realça este aspecto ao convidar os utilitaristas a que continuem com suas crenças, que a moderna teoria não se oporá a ela, apenas retirará formalmente, seus suportes utilitaristas. Nas palavras de Hicks:

⁶² - HICKS, John. op. cit. p. 11.

Ahora bien, esto no significa que, si alguien tiene algún fundamento para suponer que existe alguna medida cuantitativa adecuada de la utilidad, o la satisfacción, o deseabilidad, en el argumento expuesto haya nada que se oponga a ella. Si se es utilitarista en filosofía hay perfecto derecho a serlo en economía. Pero si no se es (y hoy son pocos los utilitaristas) también se tiene derecho a una economía libre de supuestos utilitaristas⁶³

De novo essa característica conciliatória de Hicks no dizer que o conceito quantitativo de utilidade não é necessário para explicar os fenômenos do mercado, abrindo, então, margem para que o conceito qualitativo permaneça é óbvio.

A guerra sem quartel contra o conceito quantitativo de utilidade se dá em todas os fronts, doença contagiosa, ela precisa ser expurgada, bem como todas vítimas infectadas por ela:

Ahora debemos llevar a cabo una purga y rechazar todos los conceptos afectados de utilidad cuantitativa, para sustituirlos, en la medida en que sea preciso, por conceptos que no contengan tal implicación.

Evidentemente, la primera víctima ha de ser la utilidad marginal misma. Si la utilidad total es arbitraria, también lo es la marginal. Pero aún podemos dar un significado preciso a la proporción entre dos utilidades marginales, cuando se conozcan las cantidades de ambas mercancías que se poseen, pues esa cantidad se representa por la pendiente de una curva de indiferencia; y eso es independiente de la arbitrariedad en cuestión.

Para eludir el peligro de asociaciones de ideas que puedan conducir a error, demos a esta cantidad un nombre nuevo, y llamémosle tasa marginal de sustitución entre las dos mercancías. Podemos definir la tasa marginal de sustitución de Y por X como la cantidad de Y que compensaría exactamente al consumidor la pérdida

63 - HICKS, John. op. cit. p. 11

da de una unidad marginal de X. Esta definición no depende en absoluto de ninguna medida cuantitativa de la utilidad⁶⁴

A segunda vítima mais importante na colocação de Hicks, é o próprio princípio da utilidade marginal decrescente. Se a utilidade marginal não tem significado preciso, tampouco pode tê-lo a utilidade marginal decrescente. Mas o esforço de Hicks é de substituição; o que então colocar no lugar do princípio da utilidade marginal decrescente? O princípio da taxa marginal decrescente de substituição.

Então, a partir daqui, Hicks pode concluir que, com essa nova idéia, de novo a economia tem um princípio unificador. Saúda-se novo rei, o rei está morto, viva o rei. Aquele que já tinha sido saudado por Schumpeter como princípio unificador da economia, a utilidade marginal sai de cena, em seu lugar, entra um novo princípio em tudo semelhante ao primeiro, menos pelo rigor e formalismo absoluto que dizem possuir o segundo. Diz Hicks:

Ahora empieza a precisarse el camino que tenemos ante nosotros. Si éste es el verdadero fundamento del principio de la tasa marginal decreciente de sustitución entre bienes de consumo, pueden descubrirse otros principios cuyo fundamento es exactamente el mismo. Estos últimos pueden enumerarse y descubrirse sus consecuencias. Algunos se refieren a la producción, y se examinarán en el capítulo VI; los otros son derivaciones, en un campo o en otro, del principio enunciado en este capítulo. Que las derivaciones son muchas se ve a primera vista cuando pensamos en cuan amplia es la variedad de las elecciones humanas que pueden encajarse dentro del marco de la escala de preferencias de Pareto. Lo que empieza como un aná

64 - HICKS, John. op. cit. pp. 13-14.

lisis de la elección del consumidor entre bienes de consumo, termina como una teoría de la elección económica en general. Tenemos a la vista un principio unificador de toda la economía.⁶⁵

De novo o mundo marginalista está no lugar. No centro do sistema resplandescente, o novo princípio, ao seu redor, girando a corte volúvel, disposta a aceitar qualquer novo rei, só que nesse caso, a fraude é indisfarçável e o princípio da taxa decrescente de substituição não pode esconder ser o velho princípio da utilidade marginal decrescente travestido e maquilado.

Nas posições de Cassel e Hicks duas tentativas de responder às críticas que desde o interior da confraria marginalista surgiam com relação ao conceito de utilidade. Cassel simplesmente descarta o conceito dizendo-o inútil para a construção de uma teoria dos preços. Espera estar assim, ao mesmo tempo que livrando o pensamento marginalista de "calcanhar" incômodo, contribuindo para mais uma diatribe contra a teoria do valor-trabalho já que também esta é "causalista", além de ser segundo ele, repetindo Adolfo Wagner, já devidamente respondido por Marx desde 1882, a "pedra angular do sistema socialista de Marx".

Com Hicks o ardil é outro, trata-se aqui de introduzir as curvas de indiferença de Edgeworth, com este artifício, de Hicks, prescinde-se do conceito quantitativo de utilidade, se bem que não do qualitativo que poderá continuar a ser invocado sem qualquer prejuízo adicional para os seus cultores.

A senhora Robinson sobre outro assunto, mas ainda no âmbito da teoria marginalista havia se referido ao ridículo do truque marginalista, de diante de todos esconder o coelho na cartola e depois, para espanto de ninguém, tornar a retirá-lo como núme-

⁶⁵ - HICKS, John. Op. cit. pp. 18-19.

ro de mágica. Na discussão que estamos fazendo de novo o ridículo truque se renova. De cartola e casaca os marginalistas sobem ao palco para fazer desaparecer o coelho-utilidade, só que para o de gosto destes, o coelho teima em manter as orelhas de fora da car tola apesar dos vãos esforços de empurrá-lo à força para o fundo.

Indisfarçável que por trás da taxa marginal decrescente de substituição encontra-se com suas pontudas orelhas o concei to de utilidade marginal decrescente. Não pretendemos catálogo e ex austivo dos autores que formularam alternativas teóricas para o conceito de valor-utilidade, vale a pena citar as contribuições de Samuelson (preferência revelada), os índices de Morgenstern - - Neumann, a teoria da preferência marginal de Armstrong. Para análise detalhada ver The Measurement of Utility de Tapas Majumdar, Londres, 1956.

BIBLIOGRAFIA

- BAUMOL, William. Teoria Economica y Analisis de Operaciones. Trad. esp. México, 1964.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Um Estudo sobre a Crítica da Economia Política. Tese de Doutorado - UNICAMP, Campinas, mimeo. 1975.
- BUKHARIN, Nicolau. La Economia Politica del Rentista. Trad. esp. Buenos Aires, 1974.
- CASSEL, Gustav. Economia Social Teorica. Trad. esp. Madrid, 1941.
- _____. Pensamientos Fundamentales en la Economia. Trad. esp. 3ª edição. México, 1944.
- COUTINHO, Carlos N. O Estruturalismo e a Miséria da Razão. Rio de Janeiro, 1972.
- COUTINHO, Luciano G. Notas sobre o Estado Atual da Teoria Micro-econômica: A Herança de Walras e Marshall. Campinas, mimeo 1975.
- DOBB, Maurice. Uma Introdução à Economia. Trad. port. Lisboa. S/A
- _____. Teorias del Valor y de la Distribucion desde Adam Smith. Trad. esp. Buenos Aires, 1975.
- _____. A Evolução do Capitalismo. Trad. port. 3ª edição. Rio de Janeiro, 1973.
- ENGELS, Friedrich. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. Trad. port. Lisboa, 1971.
- GONNARD, René. Histoire des Doctrines Économiques. 5ª edição Paris, 1947.

- HICKS, John. Valor y Capital. Trad. esp. México, 1945.
- HILFERDING, Rudolf. El Capital Financiero. Trad. esp. 2ª edição. Madrid, 1973.
- HOBSBAWN, Eric. Las Revoluciones Burguesas. Trad. esp. 3ª edição. Madrid, 1974.
- _____. Entorno a las Origenes de la Revolucion Industrial. Trad. esp. 2ª edição. Buenos Aires, 1972.
- LÊNIN, Vladimir I. Imperialismo Fase Superior del Capitalismo. Trad. esp. México, 1974.
- MANDEL, Ernest. Tratado de Economia Marxista. Trad. esp. 3ª edição. México, 1972.
- MARSHALL, Alfred. Principios de Econcmia. Trad. port. Rio de Janeiro, 1946.
- MARX, Karl. El Capital. Vol. I. Trad. esp. 8ª edição. México, 1973.
- _____. "Glosas Marginales al 'Tratado de Economia Politica' de Adolfo Wagner" in El Capital. Idem.
- MEEK, Ronald. "The Marginal Revolution and its Afthermath" in A Critique of Economic Theory. (Org.) Hurt e Schwartz. 2ª edição Penguin, 1973.
- ROBINSON, Joan. Filosofia Econômica. Trad. port. Rio de Janeiro, 1964.
- ROLL, Eric. História das Doutrinas Econômicas. Trad. port. 3ª edição. São Paulo, 1972.
- RUBIN, Isaak. Ensayos sobre la Teoria Marxista del Valor. Trad. esp. Buenos Aires, 1974.
- SCHUMPETER, Joseph. História da Análise Econômica. Vol. III. Trad. port. Rio de Janeiro, 1964.

WALRAS, Léon. Eléments D'Economie Politique Pure. Paris, 1952.

WICKSELL, Knut. Lecciones de Economia Politica. Trad. esp. Madrid
1941.